

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Telma de Paula dos Reis

**DESCRIÇÃO SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVA DO
HUMOR EM “AMORES POSSÍVEIS”, DE JOSÉ
ROBERTO TORERO**

**Passo Fundo
2012**

Telma de Paula dos Reis

**DESCRIÇÃO SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVA DO HUMOR EM
“AMORES POSSÍVEIS”, DE JOSÉ ROBERTO TORERO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação – Mestrado em Estudos Linguísticos – do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudos Linguísticos, sob a orientação da Prof. Dr. Telisa Furlanetto Graeff.

**Passo Fundo
2012**

Dedico este trabalho ao meu marido, Sergio, que me apoiou incondicionalmente em todos os momentos, à minha mãe, Inês, e aos meus filhos, Marina e Lorenzo. Amo vocês.

AGRADECIMENTOS

No decorrer desta caminhada, muitas pessoas foram fundamentais para que eu conseguisse chegar até aqui.

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por ser tão maravilhoso me dando a vida, uma família, amigos e me presenteando com ótimas oportunidades.

À minha mãe e ao meu pai (*in memoriam*), que foram meus primeiros mestres, educadores, e grandes incentivadores na busca dos meus sonhos, pelo amor que sempre me dedicaram.

Ao meu esposo Sergio, para quem as palavras não descrevem o meu sentimento de amor e agradecimento.

Aos meus filhos, Marina e Lorenzo, que demonstraram a força do amor e, durante esse período, souberam, nas suas inocências, abrir mão dos direitos à presença da mãe. Amo muito vocês.

À querida professora Telisa Fulanetto Graeff, pela orientação, ensinamentos, paciência, incentivo, motivação, carinho e auxílio nos momentos mais inquietantes.

A todos os professores do Mestrado em Letras Universidade de Passo Fundo, por terem oportunizado meu crescimento humano e intelectual através das nossas aulas e conversas.

Aos amigos que me acolheram na cidade de Passo Fundo: a família Carlos e Tânia Dellamora, Fernanda, Carla e Paula; e a família Gládis Toazza, Vinícius, Márcia, Júlia, Marcos, Karina, Márcio e a pequena Ana. Obrigada a todos.

Aos meus amigos e colegas de trabalho, em especial a Naulise, Odair e Sabha, que sempre me motivaram nos momentos de desânimo, e Patrícia, colega e amiga que trilhou esta caminhada ao meu lado. Obrigada pelo incentivo, alegria, amizade e companheirismo que dedicaram a mim.

Pode ser engraçado, mas como meu trabalho versa sobre humor, agradeço também ao meu carro, que fez mais de quarenta mil quilômetros de Itaqui a Passo Fundo, entre idas e voltas, na chuva e no sol, durante manhãs ou madrugadas, e nunca me deixou em apuros.

Parece-me fácil viver sem ódio, coisa que nunca senti, mas viver sem amor, acho impossível.

Jorge Luís Borges

RESUMO

O texto humorístico, em geral, é compreendido por seu conteúdo social, psicológico ou cultural, porém, acredita-se que o contexto linguístico oferece subsídios de interpretação, uma vez que os sentidos não são apenas informativos, mas linguístico-argumentativos. Pensar o humor do texto implica sugerir a busca de um “responsável” pelo brotar do riso. Rir de algo não significa apenas estar imerso em cultura propícia àquele discurso, tampouco contar apenas com aspectos psíquicos que assegurem a compreensão do dizer. O próprio texto traz as orientações de sentidos que estabelecem a significação. Esta dissertação tem como objeto de estudo a constituição linguística do humor em textos escritos; apresenta como principal referência a Teoria da Argumentação na Língua (ADL) (1983), na sua forma atual, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS)(1992) e Teoria da Argumentação Polifônica(TAP) (2008, 2010, 2011), mais recentemente. O objetivo desta pesquisa é destacar o caráter semântico-argumentativo da linguagem, através do estudo do texto de humor, identificando elementos que constroem o cômico no interior mesmo dos discursos. A abordagem semântico-argumentativa do humor, em que o trabalho se inscreve, apresenta um locutor, responsável pelo conteúdo argumentativo; este locutor, após *encontrar*, *conceber* ou *receber* o conteúdo, *põe*, *acorda* ou o *rejeita*, e declara, sob a forma de encadeamentos evocados, a orientação discursiva do texto; o discurso posto pelo locutor relacionado ao modo de aparição do conteúdo é fundamental para compreender os procedimentos de constituição do texto, considerando haver uma *Pessoa*, entidade linguística que garante o conteúdo e que colabora para a sustentação do significado do conteúdo. O humor do texto é gerado a partir do contraponto entre o posto pelo locutor e a expectativa do leitor, que, habituado com sentidos comuns, estranha o discurso e os sentidos dele extraídos.

Palavras-chave: Semântica Argumentativa. Teoria dos Blocos Semânticos. Teoria da Argumentação Polifônica. Constituição do Humor. Narrativa.

RESUMEN

El texto humorístico, en general, es comprendido por su contenido social, psicológico o cultural, pero, se cree que el contexto lingüístico ofrece subsidios de interpretación, una vez que los sentidos no son sólo informativos, mas lingüístico argumentativos. Pensar el humor del texto implica sugerir la búsqueda de un “responsable” por el brotar de la risa. Reír de algo no significa sólo estar inmerso en cultura propicia aquél discurso, tampoco contar sólo con aspectos psíquicos que aseguren la comprensión del decir. El propio texto trae las orientaciones de sentidos que establecen la significación. Esta disertación tiene como objeto de estudio la constitución lingüística del humor en textos escritos; presenta como principal referencia la Teoría de la Argumentación en a Lengua (ADL) (1983), en su forma más actual, la Teoría de los Bloques Semánticos (TBS) (1992) y Teoría de la Argumentación Polifónica (TAP) (2008, 2010, 2011), más recientemente. El objetivo de esta pesquisa es destacar el carácter semántico argumentativo del lenguaje, a través del estudio del texto de humor, identificando elementos que construyen el cómico en el interior mismo de los discursos. El abordaje semántico argumentativo del humor, en el que el trabajo se inscribe, presenta un locutor, responsable por el contenido argumentativo; este locutor, después de *encontrar, concebir o recibir* el contenido, *pone, acuerda* o lo *rechaza*, y declara so la forma de encadenamientos evocados, la orientación discursiva del texto; el discurso puesto por el locutor relacionado al modo de aparición del contenido, es fundamental para comprender los procedimientos de constitución del texto, considerando haber una *Persona*, entidad lingüística que garantiza el contenido y que colabora para la sustentación del significado del contenido. El humor del texto es generado a partir del contrapunto entre el puesto por el locutor y la expectativa del lector, que habituado con sentidos comunes, deporta el discurso y los sentidos de ellos extraídos.

Palabras-llave: Semántica Argumentativa. Teoría de los Bloques Semánticos. Teoría de la Argumentación Polifónica. Constitución del Humor. Narrativa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O HUMOR	14
1.1 HENRI BERGSON.....	14
1.2 Sigmund Freud.....	18
1.3 Vitor Raskin.....	21
1.4 Oswald Ducrot.....	24
2 FUNDAMENTOS DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA (ADL): CONTRIBUIÇÕES E CONCEITOS	26
2.1 Modelo <i>Standard</i> da ADL.....	30
2.2 Forma <i>Standard</i> Ampliada da ADL.....	34
2.2.1 Teoria da Polifonia.....	35
2.2.2 Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) – versão atual da ADL.....	38
2.2.3 Atualização da Teoria da Polifonia.....	46
3. ANÁLISE POLIFÔNICA E ARGUMENTATIVA DE NARRATIVAS: DESCRIÇÃO SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVA DO HUMOR	52
3.1 Análise da narrativa 1.....	53
3.2 Análise da narrativa 2.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	73

INTRODUÇÃO

Este trabalho inscreve-se na área de estudos da Semântica Argumentativa, tomando como referencial a Teoria da Argumentação na Língua, (ADL), em sua fase mais atual, a Teoria dos Blocos Semânticos (1992), e a Teoria da Argumentação Polifônica (TAP), (2006, 2010, 2011), desenvolvidas por Oswald Ducrot e Marion Carel.

A questão norteadora deste estudo é a identificação e a descrição de processos linguísticos que contribuam com o trabalho de leitura do texto humorístico escrito, revelando-se, através da teoria estudada e de seus principais conceitos, a constituição do humor sob a noção de significação ligada à argumentação. Fundamentando-se na Teoria da Argumentação na Língua (em francês, *Argumentation dans la Langue, ADL*), inicialmente proposta por Oswald Ducrot e Jean Claude Anscombe (1983) e, mais recentemente, desenvolvida por Marion Carel e Oswald Ducrot (1992, 2008, 2010, 2011), buscam-se explicações para a constituição de elementos que transformam os sentidos comuns em duplos sentidos, favorecendo a significação estranha à doxa linguística e produzindo efeitos chistosos.

A leitura do texto humorístico é, de modo geral, abordada com uma visão cognitivista ou ligada a questões histórico-sociais, valorizando assim, o papel informativo encontrado no discurso e, dessa forma, sua compreensão fica atrelada a conhecimentos externos à estrutura, tratando-se de uma ação constituída por textos e sentidos unidos pelo objetivo de provocar o riso. O objetivo geral deste trabalho é demonstrar a construção dos sentidos hilários no interior mesmo dos discursos, sem a necessidade de buscar fora do contexto linguístico circunstâncias que justifiquem a compreensão do texto e, com isso, evidenciar a função argumentativa dos textos.

Esta pesquisa justifica-se na medida em que se entende um texto humorístico por um viés essencialmente linguístico-argumentativo, mostrando que, nos encadeamentos feitos nos enunciados e pela desinformatização¹ do sentido, está a fonte explicativa para os efeitos do humor. Acredita-se que, para haver entendimento acerca dos elementos que formam os escritos de natureza engraçada, é necessário compreendê-los argumentativa e polifonicamente.

Com esse pensamento, apresentam-se os seguintes objetivos específicos: a) aprofundar a discussão a respeito da função argumentativa da linguagem; b) investigar a constituição do humor em textos escritos; c) reconhecer os principais conceitos da

¹Ducrot(1988) disse ser necessário desinformatizar radicalmente a semântica linguística, isto é, livrá-la de qualquer resquício de valor referencial, ligado ao mundo dos seres, das coisas e das relações.

ADL como fontes de explicações para constituição linguística do humor; verificar se a descrição do processo humorístico textual, relacionada à teoria estudada, se mantém nos textos escolhidos para compor o *corpus* da pesquisa.

Os textos analisados foram extraídos de “Amores Possíveis”, série de textos escritos pelo autor José Roberto Torero (2003), escritor paulista, conhecido por obras importantes como os romances históricos: *Terra Papagalli* (em parceria com o escritor Marcus Aurelius Pimenta), *O Evangelho da Barrabáse* o best-seller *O Chalaça*, ganhador do Prêmio Jabuti e Livro do Ano em 1995. É considerado um dos grandes talentos da nova ficção brasileira. Também escreveu livros infanto-juvenis como *Chapeuzinhos Coloridos*, *Nuno Descobre o Brasil* e *Uma História de Futebol* (este último, antes de se tornar infanto-juvenil (2002), foi indicado ao Oscar 2001); em cinema, trabalhou como roteirista em vários longas-metragens, como *O Contador de Histórias*, *Memórias Póstumas* e *Pequeno Dicionário Amoroso*. Os textos escolhidos para o *corpus* desse trabalho são, segundo o próprio autor: “uma versão intermediária do livro “*Pequenos Amores*”.

Essa obra apresenta textos muito semelhantes aos que foram selecionados; são pequenos contos que se interligam como uma unidade narrativa maior; são ambientados em uma cidade chamada *Paraíso*, habitada por pessoas comuns que vivem amores proibidos e românticos, amores platônicos e intensos, incestuosos e inocentes. O escritor, de maneira divertida, fez dessa cidade um lugar mítico, onde todas as formas de amar valem a pena. Lírico e irônico ao mesmo tempo, Torero explora o amor como um “estranho vício”, que nos entorpece e nos mantém vivos; assim ele cria uma atmosfera requintada em sua obra que envolve humor, amor e sarcasmo juntos.

A opção por textos anteriores ao livro foi feita por se acreditar que a diversificação de situações narrativas seria fonte de maior discussão no que tange a conceitos apresentados pela Teoria da Argumentação na Língua, ampliando o campo de explicitação do valor argumentativo das palavras e estruturas em que se fundamenta a pesquisa.

Nesse sentido, são focalizados conceitos à luz da Teoria da Argumentação na Língua (ADL) como os de frase, enunciado, argumentação interna e externa, encadeamento argumentativo, aspectos normativos e transgressivos, bloco semântico, e, mais recentemente, os conceitos de polifonia e os elementos que a constituem.

Em se tratando de uma teoria com raízes estruturalistas e enunciativas, refuta-se qualquer descrição que não contemple o significado/sentido das

expressões da/na língua. Tomando como base as ideias de Ferdinand de Saussure², os estudos do signo linguístico, da distinção língua/fala e da noção de relação, a ADL expande as apreciações do mestre genebrino articulando e unindo esses elementos como os de língua e fala, por exemplo; o signo, para Ducrot (1990), corresponde à frase, no nível da língua. Ducrot toma como objeto de estudo a frase e, no nível da fala, estuda suas ocorrências, ou seja, os enunciados em diferentes situações de uso. Com isso, não se compreende o valor de um signo pela oposição a outros da língua, mas pela interdependência com outros signos em termos de valor. A ADL amplia também o princípio de relação apresentada pelas ideias saussureanas ao nível do sistema e o aplica ao nível do discurso.

Verificam-se, ainda, as filiações da ADL à teoria da enunciação, tendo Émile Benveniste como principal expoente. Benveniste manteve-se fiel ao estruturalismo e ampliou o pensamento de Saussure, ao propor explicações para que se fizesse articulação entre sujeito e estrutura, sem que um componente exterior à língua fosse referenciado. Ducrot (1990) ao articular língua e fala, apresenta a ideia da enunciação no interior mesmo do enunciado, estabelecendo vínculo entre linguagem e enunciação. Os estudos da ADL estão ligados diretamente ao interior de uma semântica pragmática, visando investigar a ação linguística, isto é, a fala e o que a constitui no momento da enunciação.

Ducrot (1990) propõe fornecer mecanismos que explicitem os sentidos dos enunciados e, para tanto, não há como buscar outras fontes sem recorrer a bases enunciativas e atos de fala; o autor traz a enunciação e a intersubjetividade à teoria, mais precisamente, quando se dedica a explicar a polifonia constitutiva da língua. A polifonia é entendida como a superposição de vozes no interior do enunciado; Ducrot (1984) traz a ideia primeira de que um autor de um enunciado não se expressa diretamente, mas põe em cena certo número de personagens; um mesmo enunciado traz presentes vários sujeitos com *stata* linguísticos diferentes, o que leva a pensar em polifonia. Entende-se, com essa afirmação, o apontamento de funções distintas a esses sujeitos: a de sujeito empírico (produtor real do enunciado), a de locutor (responsável pelo enunciado) e a de enunciador (diferentes pontos de vista apresentados no enunciado).

² Ideias apresentadas no Curso de Linguística Geral (2006), organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye.

Mais recentemente, a Teoria da Polifonia foi revista por Marion Carel e Oswald Ducrot (2008), com base na teoria de Ducrot (1984), mas com modificações significativas; trata-se de uma polifonia semântico-linguística que faz uma articulação da Teoria da Polifonia à Teoria dos Blocos Semânticos (TBS); a significação é colocada em um plano distinto daquele apresentado em *O Dizer e o Dito* (1984); os discursos polifônicos são introduzidos pelo locutor com “maneiras de dizer”; essas maneiras são descritas como: as atitudes do locutor, a Pessoa e o conteúdo argumentativo. As atitudes correspondem à tomada de posição do locutor frente aos conteúdos e a Pessoa aos sujeitos discursivos que garantem o conteúdo argumentativo.

Com o objetivo de explicitar a multiplicidade de instâncias enunciativas, não atribuindo a múltiplos “responsáveis” o dito, Carel (2011) propõe pensar a descrição dos modos de aparição dos conteúdos, ainda que o locutor assuma um conteúdo, é a natureza das vozes mobilizadas por ele que serão elucidadas. Os conceitos que constituem a teoria estudada atualmente serão detalhados no capítulo 2 deste trabalho.

A pesquisa apresentada possui caráter bibliográfico, com abordagem qualitativa dos resultados, dada às análises dos textos de humor. Nos procedimentos metodológicos para a realização das análises dos textos narrativos de humor, corpus desta pesquisa, destaca-se o uso dos conceitos da teoria da polifonia atualizada, intitulada Teoria da Argumentação Polifônica (TAP), uma vez que pela integração dela com a Teoria dos Blocos Semânticos simplificam-se os pontos de vista e aclara-se a aparição dos conteúdos argumentativos, papel antes destinado a enunciadores.

Este trabalho constitui-se de três capítulos, além desta introdução e de uma seção reservada às considerações finais; o capítulo 1 compõe-se de uma apresentação de perspectivas teóricas distintas sobre o humor. Nesse capítulo, serão mostradas as contribuições de estudiosos que pensaram a construção do texto de humor sob olhares que valorizam questões que ora se distinguem, ora se assemelham às questões postas pela ADL.

No capítulo 2, encontra-se uma revisão bibliográfica dos princípios que conduzem/regem a Teoria da Argumentação na Língua, a fim de situar este estudo dentro deste quadro teórico; dada a sua complexidade, o capítulo 2, apresenta breve percurso com aspectos essenciais da teoria, os quais serão fundamentais para a

realização das análises. Exploram-se alguns conceitos estruturalistas referentes às contribuições de Ferdinand de Saussure e enunciativos de Émile Benveniste, para posicionar a origem da ADL. A ênfase na TBS e na TAP é clara, visto que, para a efetivação da pesquisa, foram mobilizadas as contribuições dessas duas fases.

No capítulo 3, descrevem-se a metodologia e procedimentos adotados na pesquisa, seguem-se as análises polifônico-argumentativas das duas narrativas selecionadas, ancoradas, sobretudo, na proposta inovadora da Teoria da Argumentação Polifônica. Propõe-se a descrição dos elementos caracterizadores do humor, o que/quem é responsável pela instauração do cômico e quais os mecanismos processados na leitura do texto humorístico escrito, de acordo com a teoria estudada, que colaboram para que se caracterize dessa forma. São dois textos narrativos examinados, em que se buscam relacionar os conceitos estudados na ADL à produção do humor linguístico-argumentativo.

Como se poderá perceber pela leitura do trabalho, a teoria estudada permite explicar o humor do ponto de vista da matéria linguística, revelando-se suficiente na elucidação de questões referentes à busca pela significação.

1 O HUMOR

A maior parte dos estudos teóricos sobre o humor analisa aspectos culturais, psicológicos e sociológicos; são poucas as teorias que pensam a constituição linguística do humor. De acordo com Rosas (2003, p.158), embora “se tenha registrado um crescente interesse pelo estudo do humor verbal nos últimos anos, o ângulo focado quase nunca é especificamente linguístico”. A partir dessa constatação, propõe-se, de maneira breve, afixar o olhar sobre o tema em perspectivas distintas.

Aristóteles (1965), ao discorrer sobre o humor, o riso e a comédia, na segunda parte de sua *Poética*, observa que o riso é algo próprio do homem: consiste no não-trágico, o que não pode causar nem dano nem dor. Platão (1960) associa o riso a uma alegria inferior, uma vez que, para ele, o riso é suscitado pelo orgulho e encerra um sentimento de superioridade de quem ri em relação ao objeto risível. Acrescente-se, também, que ele ocorre diante do inesperado, uma vez que o usual não provoca situação de comicidade.

Outras contribuições de grandes estudiosos que fazem parte dos que pensaram o humor, grupo não único, mas seletivo de pesquisadores dessa temática, serão apresentados a seguir, entre eles: Henri Bergson, Sigmund Freud, Victor Raskin e Oswald Ducrot.

1.1 Henri Bergson

O filósofo francês Henri Bergson realizou um dos mais aprofundados estudos sobre o cômico na contemporaneidade. Na obra *O Riso*, que se encontra dividida em três artigos, o autor faz importantes contribuições para a compreensão dos mecanismos de comicidade. Henri Bergson (1987) voltou seus estudos à comicidade mais do que à linguagem e ao humor; para ele, aquilo que é cômico relaciona-se ao nível das ações e situações que, projetadas com palavras, provocam o riso. O seu entendimento acerca do texto humorístico é visto como a reunião de palavras e a construção de frases, escolhidas conforme a situação, para se obterem formas de comicidade e possíveis variações de algo espirituoso, “a comicidade da linguagem

deve corresponder, tintim por tintim, à comicidade das ações e situações, e [...] ela não passa de sua projeção no plano das palavras” (BERGSON, 2001, p.82).

O estudioso assenta três observações que ele próprio classifica como fundamentais e que dizem respeito menos ao cômico em si mesmo do que ao lugar em que se deve procurá-lo. A primeira observação é: só o *humano* é cômico. Uma paisagem poderá ser bela, graciosa, sublime, insignificante ou feia; nunca será risível. Ri-se de um animal, mas porque se percebe nele uma atitude de homem ou uma expressão humana. Tal como se ri, por exemplo, de um chapéu; mas não do feltro ou da palha, antes se ri da forma que os homens lhe deram, do capricho humano que moldou tal feltro ou tal palha. Não que só se pode rir do que é humano, mas o riso sempre terá alguma relação com o homem. Nota-se que o riso é quase sempre acompanhado da insensibilidade e tem como ambiente natural a indiferença. Observe-se a seguinte afirmação: “Isso não significa negar, por exemplo, que não se possa rir de alguém que nos inspire piedade, ou mesmo afeição: apenas, no caso, será preciso esquecer por alguns instantes essa afeição, ou emudecer essa piedade”. (Bergson, 1987, p.12).

Para esclarecer, o autor apresenta uma explicação de seu pensamento quanto àquilo que provoca o riso e divide o cômico em três grupos: 1º) Comicidade das formas e dos movimentos; 2º) Comicidade de situações e de palavras; 3º) Comicidade de caráter. Ao primeiro grupo, a comicidade das formas e dos movimentos, corresponde o automatismo, a rigidez, o hábito adquirido, traços fisionômicos que podem provocar o riso. A comicidade dos movimentos, por sua vez, pode estar nos gestos do corpo humano que remetem a um simples mecanismo, por exemplo, os gestos repetidos de um político durante um discurso. Para explicar o segundo grupo, da comicidade de situações e de palavras, Bergson (1987) busca elementos do teatro que, para ele, explicam a vida. Acredita que o cômico está em repetições de situações e expressões, na inversão de papéis (“filha dando conselhos ao pai”) e de frases, etc.

Por último, o terceiro grupo diz respeito à comicidade de caráter. Para que o cômico desse último grupo ocorra, Bergson (1987) diz que não pode haver sentimentos compartilhados. “Só quando outra pessoa deixa de comover-se é que começa a comédia. Começa o enrijecimento contra a vida social” (BERGSON, 1987, p. 73). O autor alerta ainda para o fato de que o riso pode ser uma espécie de castigo. Através do riso, a sociedade pune aquele que infringiu suas regras. Há no

riso uma “intenção inconfessada de humilhar, e com ela, certamente, de corrigir, pelo menos exteriormente” (BERGSON, 1987, p. 73).

O autor observa, ainda, que o engraçado ocorre quando a atenção do receptor da mensagem é desviada para o físico de alguém, caso em que seria o aspecto moral aquilo que estaria em jogo. Pensando assim, pode-se dizer que, na linguagem, aplica-se essa constatação ao referir-se, por exemplo, ao sentido denotativo, ao caráter informativo da linguagem. “Assim, cada vez que se finge entender, no sentido próprio, uma expressão empregada no sentido figurado, tem-se um efeito cômico” (LORENZ, 2006, p. 22). Para exemplificar, Bergson (2001, p.87), utiliza o seguinte diálogo entre mãe e filho: “ – Meu filho, a Bolsa é um jogo perigoso. Você ganha num dia e perde no outro. – Então vou jogar dia sim, dia não”. As expressões num dia e no outro são relacionadas em seu sentido próprio no exemplo, conferidos pela resposta que incluem: dia sim, dia não. O trecho: “Você ganha num dia e perde no outro”, orienta para a conclusão: portanto, não jogue na Bolsa.

As contribuições de Bergson vão muito além, mas, destaca-se, aqui, aquilo que se compreende fundamentalmente relativo à linguagem. O autor acrescenta que muitas situações de uso da língua tornam-se cômicas por motivos bem firmados: são chamados de procedimentos de inversão, de interferência e de repetição. Se, após uma inversão, uma frase permanecer com sentido ou até se esta mesma frase adquirir mais algum sentido, trata-se de uma frase cômica. Como por exemplo: uma criança pisa no pé do pai e o pai diz: - Por que seu pé está em cima do meu? E recebe como resposta: - Por que seu pé está embaixo do meu? Percebe-se, assim, que há a preservação de, pelo menos, um dos sentidos e a inversão se deu pela observação do sentido contrário que os termos em cima /embaixo possuem e por sua dependência na situação dada.

Entende-se por interferência a sobreposição entre os sentidos encontrados numa mesma frase, como, por exemplo, os trocadilhos como *Na vida tudo passa, até uva-passa*, que brinca com os significados de passar, aproveitando-se de uma semelhança fonética em *passa*, para criar a ilusão de que se trata de duas frases com dois sentidos diferentes, são jogos com palavras.

Já a repetição compreende outro processo cômico citado por Bergson, tratando-se da combinação de circunstâncias que acontecem recorrentemente na sua forma original e que contrasta com a característica mutante do humano, abrigo o que pode ser esclarecido com as palavras: “Numa repetição cômica de

palavras, com efeito, há geralmente dois termos em presença, um sentimento comprimido que se distende como uma mola, e uma ideia que se diverte a comprimir de novo o sentimento”(BERGSON, 1987 , p.73)

De todos estes jogos de palavras, o mais analítico e que mais modalidades de realização usa é a transposição, que corresponde à repetição. Estende-se da mais inocente fala até as mais altas formas de humor e de ironia. Segundo Bergson (1987), a ironia consiste em fingir ser o que se é realmente, e o humor, em mostrar o que é realmente, simulando o que deveria ser. Caso se enuncie o que deveria ser, fingindo que é precisamente o que se passa, tem-se a ironia. Caso se descreva o que se passa, propondo crer que é o que deveria ser, tem-se o humor, que constitui a repetição aplicada ao plano da linguagem, propriamente dita, como se observa pelas seguintes palavras:

Enquanto a repetição revela-se a reprodução de uma cena com as mesmas personagens em novas situações, ou entre personagens novas em situações idênticas, a transposição é a expressão de uma ideia num novo estilo que não o seu. Nesse caso, a própria linguagem irá tornar-se cômica. (LORENZ, 2006, p.23).

Já a ironia é, no pensamento de Bergson (1985), mais de natureza oratória, e o humor tem mais um caráter científico. “Acentua-se a ironia, subindo cada vez mais em direção ao bem que deveria existir (...). Acentua-se o humor (...) descendo cada vez mais ao mal que existe, para lhe notar as particularidades com uma mais fria indiferença” (BERGSON, 1987, p.66). Assim sendo, é possível concluir que ironia é uma oposição ao humor. O segredo da ironia é poder dizer em tom sério o que, na verdade, não é considerado tão sério assim e, nesse aspecto, ela se mistura e, inúmeras vezes, se confunde com o humor. Complementando as diferenciações aplicadas, cita-se um filósofo André Comte-Sponville, autor de *Pequeno tratado das grandes virtudes*, que aponta o seguinte:

A ironia não é uma virtude, é uma arma – voltada quase sempre contra outrem. É o riso mau, sarcástico, destruidor, o riso da zombaria, o riso que fere, que pode matar, é o riso do ódio, é o riso do combate. Útil? Como não, quando necessário! Que arma não o é? Mas nenhuma arma é a paz, nenhuma ironia é o humor.[...] Rilke dera o remédio: “atinjam as profundezas: a ironia não desce até lá”. Isso não seria verdadeiro para o humor, e essa é a primeira diferença. A segunda, a mais significativa, prende-se à reflexividade do humor, à sua interioridade, ao que gostaríamos

de chamar sua imanência. A ironia ri do outro (ou do eu, na autoderrisão, como de um outro); o humor ri de si ou do outro como de si, e sempre se inclui, em todo o caso, no disparate que instaura ou desvenda. (COMTE-SPONVILLE, 1995, p. 231-232).

Estes dois conceitos são diferentes e a distinção é observada no momento em que a ironia é provocadora de um riso sarcástico, zombeteiro, já o humor é um riso puro, é o rir do próprio erro, é rir do inusitado, é rir de si.

1.2 Sigmund Freud

Na segunda parte do livro *Os chistes e sua Relação com o Inconsciente* (1996), que Sigmund Freud chama de parte sintética, ao discutir o mecanismo do prazer que o chiste provoca, expõe uma tese relevante para a compreensão do funcionamento do discurso humorístico. Freud (1996, p. 139-50) divide as técnicas do chiste em três grandes grupos no que se refere à sua capacidade de provocar prazer. Nos três casos, por caminhos diferentes, trata-se de economia psíquica, que dita em outras palavras, entende-se como poupança ou economia de esforço.

No primeiro grupo, aquele em que a fonte do prazer seriam as próprias técnicas dos chistes, Freud (1996) situa estes chistes em um lugar em que se baseiam em jogo de palavras, casos em que, segundo ele, nossa atividade psíquica focaliza o som ao invés do sentido, o que provoca prazer pelo fato de que, não utilizando as palavras de maneira “séria”, faz-se necessário certo esforço.

No segundo grupo, Freud inclui similaridade de som, uso múltiplo, modificação de expressões familiares, alusões a citações, diversas formas de condensação³, como ele chama. Segundo ele, nesses casos, o prazer deriva do fato de que “algo familiar é redescoberto, onde poderíamos, pelo contrário, esperar algo novo” (FREUD, 1996, p. 143). Afirma que “geralmente se concorda com a redescoberta do que é familiar, o ‘reconhecimento’, é gratificante”, e acrescenta que,

³ A condensação é o resumo das ideias que têm pontos em comum e uma analogia entre si. Funde elementos que estão a um nível latente com traços comuns num só. Estabelece uma relação entre o conteúdo manifesto e o latente. Ao nível do conteúdo latente, onde existem ideais e ao nível do manifesto, onde existem imagens. Este mecanismo permite que um pequeno detalhe possa representar uma ideia completa. Nos exemplos de Freud, vemos como características isoladas de uma pessoa podem representá-la por inteiro ao se compor com outras características que representam outras pessoas (FREIRE, 2000).

havendo íntima relação entre reconhecimento e rememoração, “não é temerário supor que possa haver também um prazer na rememoração; que o ato de recordar seja em si mesmo acompanhado por um sentimento de prazer de origem semelhante” (FREUD, 1996, p. 144).

No terceiro grupo, que, em sua maior parte, engloba chistes conceptuais, Freud (1996) calcula os raciocínios falhos, os deslocamentos, os absurdos, etc., casos em que o prazer deriva do fato de que é mais fácil confundir coisas diferentes do que contrastá-las, e é especialmente conveniente admitir como válidos métodos de inferência rejeitados pela lógica.

A redescoberta do que é familiar está na base de outro recurso muito utilizado nos chistes, o fator atualidade. Freud (1996, p. 145) assinala que há muitos chistes independentes desse fator, e acrescenta: “numa monografia sobre chistes, somos obrigados a fazer uso quase exclusivo de chistes dessa espécie”(FREUD, 1996, p. 145) isto é, de chistes não atuais. Compreende-se facilmente o sentido do que Freud diz: se os chistes fossem muito ligados às circunstâncias, as explicações teriam que ser muito longas.

Posto em outros termos, é como se dissesse que os chistes que dependem da atualidade, quando são repetidos em outras circunstâncias que não aquelas em que são produzidos, precisam ser explicados para serem compreendidos e produzirem, assim, algum efeito de prazer, de que o riso é uma testemunha. Conforme as palavras abaixo:

se é preciso explicá-los, enfraquece-se, quando não desaparece, uma das características fundamentais para a produção de prazer derivada tipicamente do chiste, que é a descoberta de seu “sentido” pelo ouvinte. Esse fator é tão relevante que há mesmo quem defenda que, a rigor, a piada é um gênero oral, o que é uma das formas de dizer que as circunstâncias são efetivamente cruciais, embora dizer que se trata de um gênero oral não implique necessariamente que a reprodução esteja excluída. Mas é mais ou menos evidente que, escrita, a piada está, em princípio, ou muito provavelmente, distante de seu momento – e de um conjunto de condições relevantes – de produção. (POSSENTI, 1998, p.335).

A partir dessas afirmações, é possível compreender o fato de que os chistes só produzem efeito integral no ouvinte se forem novidade para este, se lhes chegam como uma surpresa. Essa característica deve-se evidentemente ao fato de que a própria natureza do ato de surpreender alguém ou pegá-lo desprevenido implica que não se possa ter êxito uma segunda vez. Quando um chiste é repetido, a atenção

retrocede à primeira ocasião em que o escutou ou leu. “Provavelmente recobra-se da impressão que o chiste faz de um recém-vindo algo da possibilidade de prazer, perdida devido a sua falta de novidade”(FREUD, 1996, p.147).

Ainda que brevemente, encontram-se, nos ensinamentos de Freud (1996), reflexões específicas sobre o humor, mesmo porque não haveria cômico nem os chistes caracterizados assim, não fosse esse elemento. Conforme Freud (1996, p.212), “O parentesco essencial entre os dois é tão pouco aberto à dúvida que uma tentativa de explicar o cômico está ligada a fazer pelo menos alguma contribuição à compreensão do humor”. O autor destaca que o humor, além de alta manifestação psíquica que pode ser abordada a partir dos chistes e do cômico, é uma das espécies do cômico mais facilmente satisfeita, já que completa seu curso dentro de uma única pessoa; a participação de outra nada lhe acrescenta.

Freud (1996, p.213-219) diferencia, então, o cômico do humor no sentido em que a possibilidade de um efeito cômico depende da não-liberação de afetos aflitivos, maior obstáculo à emergência do cômico, ao menos para aquele que não pode defender-se de tal desprazer ou para o que é ele próprio atingido por ele, ou ainda para aquele que não pode senão dele participar; enquanto aquele que não está envolvido mostra, por sua conduta, que a situação em questão contém tudo o que se requer para a produção de um efeito cômico. Já o humor é um meio de obter prazer apesar dos afetos penosos que o perturbam; o humor intervém a favor desse desenvolvimento de afeto penoso, colocando-se no lugar deste.

A condição para a existência do humor é fornecida quando a situação presente é tal que, de acordo com nossos hábitos, somos tentados a liberar um afeto penoso e que então sofremos a ação de impulsos visando a reprimir tal afeto. Deste modo, a pessoa atingida pelo dano, pelo sofrimento, poderia obter um ganho de prazer humorístico, enquanto aquela, não implicada, ri por prazer cômico. O prazer do humor nasce, então, ao custo de uma liberação de afeto que não ocorreu: ele procede da economia de uma despesa de afeto penoso.

Freud (1996) observa duas características do humor: a de que é “a menos exigente das variedades do cômico”; e de que “seu processo completa-se no interior de uma única pessoa, a participação de outra nada lhe acrescentando de novo”, pois “o gozo (afruição) do prazer humorístico que nasceu em mim, posso guardá-lo para mim sem sentir-me levado a comunicá-lo”. (FREUD, 1996, p.213).

O caráter grandioso que possui o humor provoca admiração e se, em tal circunstância, os ouvintes não riem é porque a admiração recobre o prazer humorístico. É em consequência da compreensão de que o condenado pouco se preocupa com a situação que deveria levá-lo ao desespero, que a piedade que tal situação poderia suscitar, encontra-se inibida e a despesa destinada à piedade, que já estava preparada, torna-se inutilizável que se pode descarregá-la pelo riso: “rimos ao invés de sentirmos piedade”. (FREUD, 1996, p.218).

As espécies do humor diferem de acordo com a natureza da emoção de que se faz economia em favor do humor: piedade, irritação, sofrimento, ternura, horror, repulsa, desprezo, indignação, e ampliam-se constantemente ou, tal como no caso do personagem *Don Quijote de la Mancha*, em que o prazer humorístico é gerado pela perturbação do prazer cômico.

Freud (1996) conclui que, em cada um desses três modos de trabalho do aparelho psíquico: o cômico, o humor e até o dito espirituoso, o prazer derivou de uma economia e os três constituem métodos visando recuperar, a partir da atividade psíquica, um prazer que, propriamente falando, somente o desenvolvimento desta atividade pode ter feito perder.

1.3 Victor Raskin

A obra de Victor Raskin *Mecanismos semânticos do humor verbal*⁴ (1985) é uma das mais completas, minuciosas e conhecidas obras sobre humor. Ela se insere no domínio da semântica cognitiva. O objetivo do autor é estabelecer um modelo formal da competência humorística e apontar que convenções cedem lugar a estruturas humorísticas e quais não cedem.

Raskin (1985) apropria-se de um postulado de Noam Chomsky que indica a habilidade de o falante nativo julgar uma sentença como gramatical ou agramatical; fazer parte de sua competência linguístico-comunicativa, remetendo aquela habilidade para o reconhecimento dos elementos engraçados de um texto e para a construção do humor. A natureza do risível é construída no plano linguístico, através de uma consciência gramatical e a partir do conhecimento anterior, de inferências,

⁴ Também conhecida como Teoria Semântica dos *Scripts*, ou dos Esquemas Incompatíveis.

coerência e do contexto. Sob esse prisma, uma sentença pode ser gramatical, desde que tenha sentido para o falante.

Raskin (1985, p.25-28) acredita que toda sentença é percebida em algum contexto, porém, caso o contexto não seja mencionado pelo discurso ou pela situação extralinguística, o leitor usará seus conhecimentos prévios. Logo, o que ocorre nesse processo é a relação entre contextos discursivos diversos, em que o leitor estabelece o julgamento daquilo que é engraçado. Em termos de regras semânticas, a habilidade de o falante combinar os significados contribui para a interpretação semântica. Entretanto, Raskin admite que, além dos itens lexicais, existem aqueles de ordem extralexical, ou seja, as propriedades semânticas evocadas por palavras que não se encontram na superfície textual, mas que constroem um quadro imagético dedutivo externo às sentenças. Confira-se a citação:

Raskin sustenta que toda pretensão de fazer humor começa com um impulso para fazer uma piada que pode ser caracterizada como a razão, ou o conjunto de razões através das quais o falante deseja provocar o riso, apontando assim, razões psicológicas, fisiológicas ou sociológicas, com as quais o falante demonstra a intenção de estabelecer relações afetivas de diversas ordens com o ouvinte (MAGALHÃES, 2008, p. 5)

A teoria de Raskin é baseada na oposição de *scripts*⁵, em paradoxos. Para ele, a piada ou texto humorístico irá conduzir a oposição de *scripts*, apesar de essa simples oposição não garantir o humor. Toda piada é, de certa forma, ambígua, mas nem todo texto ambíguo é de humor. Raskin (1987, p.17-25) estabelece as seguintes condições para que o texto seja considerado humor:

- a) Uma mudança do modo de comunicação *bona-fide* (boa fé) para o modo não *bona-fide* (não boa fé);
- b) O texto ser humorístico;

⁵ O *script*, ou roteiro, define-se como um feixe de informações sobre um determinado assunto ou situação, como rotinas consagradas e modos difundidos de realizar atividades, consistindo numa estrutura cognitiva internalizada pelo falante que lhe permite saber como o mundo se organiza e funciona. Tais informações apresentam-se em sequências tipicamente estereotipadas, predeterminadas, e, como tais, além de serem objetos cognitivos, os scripts estão intimamente relacionados a itens lexicais e podem ser por eles evocados (ROSAS, 2003, p.131).

- c) Dois *scripts* parcialmente sobrepostos e compatíveis com o texto;
- d) Uma relação de oposição entre esses dois *scripts*;
- e) Um gatilho, óbvio ou implícito, fazendo a mudança de um *script* para outro.

Sendo que, duas condições são essenciais em texto de humor:

- a) Ser compatível, em seu todo ou em parte, com dois diferentes *scripts*;
- b) Os dois *scripts* devem apresentar as seguintes oposições: real/não-real, esperado/ não-esperado e plausível/ não-plausível.

A mudança do modo *bona-fide* para o não *bona-fide* de comunicação acontece com a quebra das máximas do *Princípio da Cooperação de Grice* (apud Fiorin, 2003, p.177). Ao perceber uma lógica que rege a conversação, e que os diálogos são esforços cooperativos, o *Princípio da Cooperação* estabelece: “Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo projeto ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado” (Grice, apud Fiorin, 2003, p. 177). No desenvolvimento desse princípio, Grice divide em quatro categorias o que entende por regras normalmente seguidas pelos participantes da conversação, como se pode observar a seguir:

Máxima da quantidade

Que sua contribuição contenha o tanto de informação exigida.
Que sua contribuição não contenha mais informação do que é exigido.

Máxima da qualidade (da verdade)

Que sua contribuição seja verídica.
Não afirme o que você pensa que é falso.
Não afirme coisa de que você não tem provas.

Máxima da relação (da pertinência)

Fale o que é concernente ao assunto tratado (seja pertinente).

Máxima da maneira

Seja claro.
Evite exprimir-se de maneira obscura.
Evite ser ambíguo.
Seja breve (evite a prolixidade inútil)
Fale de maneira ordenada. (GRICE apud FIORIN, 2003, p. 177).

Nas palavras de Fiorin (2003), porém, nem sempre essas máximas são respeitadas, e a violação dessas regras gera uma implicatura conversacional, que não deve ser entendida pelo ouvinte como ingenuidade do falante. O falante, ao violar uma máxima, tem sua intencionalidade. O ouvinte, através da implicatura⁶,

⁶Grice formula a noção de implicatura, que são inferências que se extraem dos enunciados.

pode detectar por inferência o motivo da quebra de uma máxima e, ainda, o que o falante quis dizer. As implicaturas são distintas em dois grupos: convencionais e conversacionais. As primeiras implicaturas são desencadeadas por uma expressão linguística e as segundas referem-se às provocadas por princípios gerais ligados à comunicação. “A distinção entre implicaturas convencionais e conversacionais parece bastante clara: aquela é provocada por uma expressão linguística e esta é suscitada pelo contexto” (FIORIN, 2003, p.176).

Raskin (1985), ainda, baseia-se, além das implicaturas, em noções que apresentam Pressuposição, Atos de Fala, utilizando conceitos das disciplinas Semântica e Pragmática na formulação de sua teoria do humor verbal. Aproveita, por exemplo, as noções dos Atos de Fala para a criação dos Atos de fala de humor. E, para o autor, seis fatores são característicos dos Atos de Humor, os quais se organizam da seguinte forma:

- a) *Speaker and Hearer* – O primeiro fator é a participação de indivíduos humanos, um falante e um ou mais ouvintes.
- b) *Stimulus* – Um estímulo de humor deve ser desenvolvido e percebido.
- c) *Experience* – A experiência de vida dos participantes também é um fator importante.
- d) *Psychology* – Este fator, embora importante, não é necessário segundo Raskin (1985), que é o tipo psicológico do participante dos Atos de Humor.
- e) *Situation* – O quinto fator é a situação, ou seja, o contexto em que ocorre os Atos de Humor.
- f) *Society* – Por fim, temos o fator sociedade, pois todo Ato de Humor, para Raskin (1985), ocorre dentro de certa cultura que pertence a determinadas sociedades (GUIMARÃES, 2008, p.86).

As contribuições de Raskin (1985) conduzem a pensar que o ato de humor é uma ocorrência individual provocada por um estímulo engraçado. Desse ato participam seis fatores: um interlocutor esteja ele pressuposto ou participando; o estímulo, a experiência de vida das pessoas; o tipo psicológico do indivíduo participante do ato de humor e o contexto situacional, pois tal situação poderá condicionar, dirigir ou modificar a percepção e a sociedade com valores, crenças, normas.

1.4 Oswald Ducrot

A definição da noção de humor é, de acordo com o autor, relativa, e depende do encadeamento e do valor semântico. Integrada à Teoria da Polifonia, a noção de

humor, é definida por Oswald Ducrot (1990), primeiramente, esclarecendo que o seu estudo não diz respeito ao conceito da palavra humor como é conhecida comumente, mas sim que seu trabalho como linguista é extrair um “conceito geral” que servirá para a descrição e entendimento da constituição de alguns enunciados ditos cotidianos presentes na vida dos falantes. A partir dessas afirmações, o autor qualifica de humorístico um enunciado que cumpre as três condições seguintes:

1. Entre os pontos de vista representados no enunciado pelo menos há um que obviamente é absurdo, insustentável (em si mesmo ou no contexto);
2. O ponto de vista absurdo não é atribuído ao locutor;
3. No enunciado não se expressa nenhum ponto de vista oposto ao ponto de vista absurdo (não é retificado por nenhum enunciador) (DUCROT, 1988, p.20).

Além dessas condições, o autor pontua que chamará “irônicos aqueles enunciados em que o ponto de vista absurdo é atribuído a um personagem determinado, que se busca ridicularizar” (DUCROT, 1990, p.21). Nem sempre o texto humorístico será objeto do riso, do cômico, do engraçado, mas também resultado de uma situação surpreendente, fora do comum e que pode se tornar um humor gerador de um tipo de euforia seguido de tristeza.

A exemplo disso, recorde-se Ducrot (1990, p.21), quando mostra um dono de restaurante sendo ridicularizado por um cliente:

Em um restaurante de luxo, um freguês sentou-se à mesa tendo como única companhia seu cachorro, um pequeno *teckel*. O gerente vem estabelecer uma conversa e elogia a qualidade do restaurante: "o senhor sabia que nosso *maitre* é antigo cozinheiro do rei *Farouk?*"- "muito bem !" diz simplesmente o freguês. O gerente, sem desanimar: "e o nosso despenseiro é o antigo cozinheiro da corte da Inglaterra... Quanto a nosso pasteleiro, nós trouxemos o do imperador *Bao-Daï*." Diante do mutismo de freguês o gerente muda de conversa: " O senhor tem aí um belo *teckel*." Ao que freguês responde: "Meu *teckel*, senhor, é um antigo São-Bernardo"(DUCROT, 1987, p.199)

A resposta do freguês é irônica, por ser marcada por duas vozes, a do locutor e a do enunciador. A voz do locutor está explícita pelo adjetivo possessivo "meu", há também o ponto de vista absurdo que o *teckel* "seria um antigo São Bernardo"; esse ponto de vista não é assumido pelo locutor, mas atribuído ao enunciador, assimilado ao gerente. O texto pode ser considerado humorístico, por satisfazer as condições acima. A primeira condição está preenchida, pois há um ponto de vista absurdo, segundo o qual o *teckel* seria um antigo São Bernardo. A

segunda condição também, pois o ponto de vista absurdo não é atribuído ao locutor, mas ao alocutário, que é assimilado ao enunciador, ao seguir a lógica do gerente do restaurante. Por último, não se ratifica o enunciado absurdo; o enunciado está direcionado a uma pessoa a quem se quer ridicularizar, a essa pessoa atribui-se o ponto de vista absurdo.

Vistas brevemente algumas perspectivas teóricas que têm se ocupado do estudo do humor, passar-se-á, no capítulo seguinte, a tratar da Teoria da Argumentação na Língua, seus fundamentos e fases, cujos princípios e conceitos serão utilizados nas análises do humor neste trabalho.

2 FUNDAMENTOS DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA (ADL): CONTRIBUIÇÕES E CONCEITOS

A Semântica Argumentativa teve sua origem firmada com a publicação do livro *L'argumentation dans la langue* (1983), de Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre. A Teoria da Argumentação na Língua é uma teoria linguística estruturalista e, portanto, cabe lembrar alguns conceitos básicos concebidos por Ferdinand de Saussure, como, por exemplo, as definições de signo, a noção de relação e os conceitos de língua e fala para começar este estudo e buscar, a partir deles, a explicitação daquilo que Ducrot e a ADL defendem.

No Curso de Linguística Geral (2006), a língua é apresentada pelos ensinamentos de Saussure⁷, como um sistema e como tal é passível de organização sistemática, mesmo considerando que se trata de uma entidade abstrata e social. A abstração da língua se dá pelo caráter psíquico das imagens acústicas que se formam na mente do falante em relação aos conceitos que ele tem de determinado objeto do mundo, ou seja, pelo signo linguístico. O signo saussureano é o produto da associação entre a imagem acústica da palavra e o seu conceito, o significante e o significado e, para tanto, o CLG explica que a forma material fônica (fala), nesse caso, não importa para a ciência, pois a materialidade não é uma característica geral, comum a todos, e, sendo assim, considera o signo como arbitrário e o define em oposição a outros signos.

Dentre os princípios apresentados no CLG (2006, p.81-84) para definir o signo linguístico, a arbitrariedade é o primeiro. É caracterizado dessa forma porque um signo não possui uma relação de unicidade no que se refere à significação, não atende a todas as circunstâncias discursivas, pois o significante não é/está sujeito a uma sequência de sons específicos.

O laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: o signo linguístico é arbitrário. Assim, a ideia de “mar” não está ligada por relação alguma interior à sequência de sons m-a-r que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente por outra sequência não importa qual (CLG, 2006, p.81-82).

⁷ Sempre que se citar Saussure, citar-se-á o Curso de Linguística Geral.

Ser arbitrário não quer dizer que o significado de uma palavra dependa de uma livre escolha do falante, pois não há o poder individual de mudar alguma coisa estabelecida na língua, mas a arbitrariedade está na falta de um laço natural entre significante e significado. A arbitrariedade do signo está ligada ao fato de ele ser ou não motivado; essa motivação pode ser entendida como absoluta ou relativa; quando se fala em arbitrariedade absoluta, diz-se total a falta de motivação, e, quando se diz arbitrariedade relativa, diz-se, também, motivação relativa ou, considera-se ter havido aí alguma ligação motivada entre significado e significante. O CLG (2006, p. 152-153) esclarece que a parcial motivação do signo se reconhece pela relação de dependência que possa existir entre um termo e outro na sua composição. O grau de arbitrariedade dar-se-á pela associação de elementos que compõem uma palavra.

Assim, vinte é motivado, mas dezenove não o é no mesmo grau, porque evoca os termos dos quais se compõe e outros que lhe estão associados, por exemplo, dez, nove, vinte e nove, dezoito, etc.; tomados separadamente, dez e nove, estão nas mesmas condições de vinte, mas dezenove apresenta um caso de motivação relativa (CLG, 2006, p. 152).

A arbitrariedade no exemplo citado é relativa, pois, quando se tem o numeral dez e o numeral nove, têm-se dois signos absolutamente arbitrários. Mas, quando se refere o numeral dezenove, a arbitrariedade torna-se relativa, isto porque dezenove é a junção de dois conceitos distintos que são representados por signos diferentes. O signo que surge dessa junção é fiel às ideias contidas nos signos anteriormente separados, e aí está a motivação.

O que limita a arbitrariedade de um termo são as relações associativas e sintagmáticas; trata-se de uma dupla relação que confere parte do valor a que se vincula um signo. Na análise de um termo dado, a relação sintagmática é a imotivação do signo, e a relação associativa é a motivação.

Na língua, não há radicalmente signos motivados ou imotivados, mas circunstancialmente variações possíveis. Os idiomas compreendem elementos entre as duas ordens, a primeira gramatical, motivados em parte, e a segunda lexical, imotivado, isto é, são relativamente arbitrários ou arbitrários absolutos, respectivamente.

(...) as línguas em que a imotivação atinge o máximo são mais lexicológicas, e aquelas em que se reduz ao mínimo, mais gramaticais(...). São como dois polos entre os quais se move todo o sistema, duas correntes que se repartem o movimento da língua: a tendência a empregar o instrumento lexicológico, o signo imotivado, e a preferência concedida ao instrumento gramatical, isto é, à regra de construção (CLG, 2006, p.154).

Os signos considerados arbitrários absolutos são constituições convencionadas pela língua. Conforme o pensamento saussureano, é da convenção social da língua que emerge o grau de arbitrariedade do signo reconhecida pelos falantes de uma língua, é do sistema usado por determinado grupo social que tal palavra é concebida dessa forma e não de outra. O fato mesmo é que signo é a noção básica da unidade linguística proposta nos estudos saussureanos e nele se assenta a teoria da língua enquanto sistema.

Essa relação, para Ducrot, não será pensada da mesma forma, já que o signo, para ele, mesmo sendo abstrato, não se constrói sozinho, nem é constituído por uma palavra, mas por uma frase que significa algo quando posta em relação a outras na produção do discurso, na realização linguística, na busca pelos sentidos. Declaram os semanticistas:

O ponto fundamental é que gostaríamos de renunciar radicalmente a qualquer descrição não linguística do significado das expressões da língua. Tomando ao pé da letra a ideia saussuriana de que o significado é parte integrante do signo, concluímos que ele não pode consistir nem em coisas (ou propriedades das coisas), nem em ideias (conceitos, representações mentais). Mais precisamente, ficamos com as fórmulas de Saussure em que o significado é visto como o “valor” do signo – o que leva a concebê-lo, já que o valor de uma entidade é um conjunto de relações entre entidades que lhe são homogêneas, como um conjunto de relações entre signos. (DUCROT; CAREL, 2008, p.9)

A frase na ADL é concebida como signo linguístico, como construto teórico recoberto por abstração até o momento de ser enunciada. O enunciado é a realização da frase, aquilo que foi dito ou escrito em espaço e tempo determinados, construindo o discurso. Por discurso, entende-se o conjunto de enunciados interligados estrutural e semanticamente, constituindo dessa forma, o texto. Fica claro a partir da citação abaixo que:

Na TAL, o signo é a frase, também abstrata, dotada de significação – conjunto de instruções abertas (não pré-existentes) que dependem do enunciado para se chegar ao sentido. À concretização da frase denomina-se enunciado, que tem como valor semântico o sentido. A um conjunto de enunciados articulados é dado o nome de discurso, entidade observável de nível complexo. (DELANOY, 2008, p.27).

Saussure (CLG, 2006) não se interessou pela fala da língua nos seus estudos por avaliá-la como um fenômeno individual, construído por atos linguísticos ilimitados e sujeito a variações e, portanto seria necessária na sua concepção uma linguística da língua e outra linguística da fala. A ADL estabelece um elo, pois língua e fala, para Ducrot, são interdependentes; no uso da língua está a concretização do sentido do discurso. O falante encontra a compreensão do dizer a partir de sua realização, do dito.

O pensamento de Saussure (2006) sobre a língua a trata como sistema que permite ao falante associação de um conteúdo mental (a ideia) a uma expressão material (letras, sinais, sons). Ducrot vê esse sistema como um conjunto de estruturas frasais, as quais adquirem sentido somente quando colocadas em funcionamento e na relação que estabelecem entre si por meio de um conector construindo encadeamentos argumentativos e, dessa forma, a oposição língua/fala que o pensamento estruturalista saussureano apresenta é reformulado, já que a Teoria da Argumentação na Língua preconiza o aspecto semântico-linguístico da linguagem associado a questões pragmáticas. Destaca-se a afirmação:

A Teoria da Argumentação na Língua faz a descrição semântica da linguagem fundamentada no quadro do estruturalismo saussuriano. O princípio que assume é o de que o sentido é produzido pelas relações que se estabelecem, no discurso, entre palavras e frases. Nessa Teoria, o signo é a frase complexa: o significado de uma frase simples só pode ser definido por suas possibilidades de combinação com outras frases simples. Além da noção de relação, os conceitos de língua e de fala, estabelecidos por Saussure, foram úteis à construção da Teoria. Em vários de seus escritos, Ducrot mostra que a língua, no sentido estruturalista, não pode ser construída sem que se faça alusão à atividade da fala, isto é, a língua (objeto teórico) deve conter referência à fala (uso da língua). Em termos de pragmática (como teoria do contexto) e semântica (como teoria linguística), certos aspectos da pragmática devem ser integrados à semântica. De um lado, a semântica linguística deve ser estrutural, contemplando sobretudo a noção de relação, de outro, a significação deve incluir a enunciação. Assim, nem semântica, nem pragmática podem ignorar a enunciação (BARBISAN, 2007, p.121-122)

O valor das palavras não se dá por meio de relações entre abstração e conceitos, mas reside nelas mesmas, quando proferidas na construção dos discursos em encadeamentos argumentativos. Para Oswald Ducrot (1983, p. 55), a língua é essencialmente argumentativa, “a argumentação está na língua”. A argumentação se concebe pela interdependência semântica entre dois predicados.

Seguindo a perspectiva enunciativa de Benveniste (1989, p.81-90), Ducrot busca apreender a fala no interior da língua e a enunciação, no interior do próprio enunciado. Para Benveniste, a enunciação é o colocar a língua em funcionamento através de um ato individual de utilização.

Sob essa perspectiva, o sentido dos enunciados é buscado na forma como o sujeito se marca na enunciação. Para Ducrot (1984), o sentido do enunciado consiste numa descrição da enunciação e essa descrição consiste, por sua vez, em fazer aparecer a enunciação como um confronto de diferentes vozes.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a teoria de Ducrot é uma semântica argumentativa voltada para as questões de enunciação, na medida em que considera, na representação do sentido do enunciado, tanto a presença de diferentes vozes (polifonia) quanto a evocação de princípios argumentativos que dão a direção de como um dado enunciado deve ser interpretado numa situação (FLORES, TEIXEIRA, 2005, p.70).

Posteriormente, serão abordados os conceitos de polifonia e de princípios argumentativos, dedicar-se-á à explanação dessas noções dentro da teoria da argumentação. O inegável é o aporte teórico de que Anscombe e Ducrot se valeram para construir uma proposta sólida de estudo dos sentidos da língua, considerando a argumentação como elemento constitutivo da linguagem, como inscrita na língua. Isso quer dizer que as frases da língua são essencialmente argumentativas. Essas questões serão explanadas na primeira fase da ADL, dita pelos autores, o modelo *standard*.

2.1 Modelo *Standard* da ADL

A Teoria da Argumentação na Língua dá os primeiros passos, opondo-se à noção tradicional de sentido que concebe algo como verdadeiro e/ou como falso, aquilo que é considerado denotativo ou conotativo. Ducrot (1990, p.49-64) propõe pensar a descrição linguística de forma indireta, sendo o sentido baseado nas

relações que um enunciado pode adquirir a partir de suas indicações subjetivas e intersubjetivas, considerando a descrição da realidade como resultado da atitude do locutor e do apelo que este faz ao interlocutor, mais precisamente da ação que um exerce sobre o outro. Dessa forma, é possível afirmar que a indicação de objetividade da linguagem, mesmo não deixando de existir, perde sua essência e assume valor argumentativo, já que a linguagem não se reduz a informar coisas, mas serve para argumentar. A linguagem existe para que indivíduos possam comunicar e entender-se, e com isso, a descrição pura da realidade não diz nada, senão quando associada aos aspectos subjetivos e intersubjetivos.

Para ilustrar isso, Ducrot (1983) usa alguns exemplos dentre eles o seguinte: *Pedro é inteligente*; a objetividade do enunciado resume-se à descrição de Pedro, a uma declaração a seu respeito, que só terá sentido se proferida por um locutor que tenha por *Pedro* certa admiração, caracterizando, assim, o aspecto subjetivo que o enunciado aporta e ainda, ao enunciar algo positivo sobre *Pedro*, o locutor cria uma imagem também positiva dele, considerando que ser inteligente possui um valor favorável dentro dos conceitos nos quais o interlocutor acredita e o que explica o aspecto intersubjetivo, logo, o enunciado *Pedro é inteligente* possui aquilo que Ducrot (1983) chama valor argumentativo e influenciará no tratamento do interlocutor para com Pedro.

O valor argumentativo dos enunciados se comprova pela continuação que o discurso possibilita, pelo encadeamento que permite. No exemplo acima, não se admite continuar o discurso com algo como: “portanto não saberá resolver isso”, já que a afirmação é de que *Pedro* seja inteligente; ao contrário disso, pode-se dizer “saberá resolver isso”. Há possibilidade de dizer o oposto, porém a construção deve ser diferente e o nexos deverá ser outro; é possível, então, que se enuncie *Pedro é inteligente, mas não saberá resolver isso*. Assim, “o valor argumentativo de uma palavra é o papel que possa desempenhar no discurso” (DUCROT, 1990, p.51). O sentido é construído mediante os encadeamentos de seus predicados e desse modo não se pensa em descrição direta, mas na descrição semântica da linguagem.

Com base nesses princípios, em conjunto com Jean-Claude Anscombe, Oswald Ducrot (1983) elabora a primeira forma da Teoria da Argumentação na Língua, denominada *standard*, a qual apresenta a argumentação inscrita na própria língua; essa concepção se estende às demais fases que seguem. A língua, para o autor, é definida como um conjunto de frases e estas por sua vez, são

essencialmente argumentativas. Ele propõe, a partir de frases simples, calcular o valor semântico de frases complexas e, para tanto, esclarece as noções básicas da teoria para que isso se compreenda. Conceitos importantes apresentados nesta fase *standard* e que irão perdurar são os de sentido e significação, além das concepções de frase e enunciado; Ducrot (1990, p.57-64) atribui o valor semântico da frase à significação, lembrando que seu entendimento sobre frase é de construto teórico, abstração; a significação corresponde ao conjunto de instruções que permitem interpretar os enunciados. Já o sentido é conferido ao valor semântico do enunciado, entendendo por enunciado as possibilidades de realização de uma frase; o sentido dos enunciados é construído pelos atos discursivos; ele não está tão-somente na significação da frase, mas na forma descritiva e relação das instruções que nela contém e na sua enunciação.

No pensamento da ADL, tem-se em vista a interdependência entre os dois elementos, já que o sentido do enunciado provirá da frase e sua significação só se efetivará na situação concreta do enunciado e se tornará sentido. Assim, acredita-se que a significação está na língua e o sentido está no discurso. Um problema, segundo os autores, é encontrar a segmentação do discurso em enunciados e elucidá-lo. Para isso, inicialmente Ducrot apresenta uma regra para explicar tal segmentação. Afirma que, se um discurso possui dois segmentos sucessivos *S1* e *S2* e o segmento *S1* só faz sentido a partir do *S2*, então somados os dois segmentos, constituem um enunciado único. Logo, o enunciado se compõe de dois segmentos, sendo o primeiro argumento para o segundo. Dessa forma, entende-se uma dependência de sentido na estrutura formada.

Para aclarar, um clássico exemplo de Ducrot (1990) compreende a oposição à informatividade da língua: (1) *Faz calor, vamos passear* e (2) *Faz calor, não vamos passear*. Neste exemplo, o fazer calor pode servir de argumento favorável ou contrário a um passeio. O sentido de calor não é o mesmo nos segmentos, o que equivale a pensar cada um dos discursos como composto por uma frase e enunciado únicos.

A introdução de articuladores ou operadores argumentativos como “mas” e “logo” serve para formar frases complexas a partir de frases simples. Isso quer dizer que uma frase *P1* e outra *P2* formam um enunciado novo quando ligadas e com isso haverá a constituição de uma frase *P3* composta a partir das instruções contidas em *P1* e *P2* e unidas por um nexos.

A noção relacional trazida pela ADL conduz de maneira distinta o pensamento da concepção argumentativa tradicional em que se aceita a independência entre um segmento e outro na formação de discursos como se houvesse valores de verdade lógicos em cada um isoladamente. A Teoria da Argumentação na Língua recusa a argumentação tradicional sustentada pelos princípios da lógica, em que A é argumento e C conclusão; para a ADL, não haverá alterações na argumentação se houver mudança na ordem dos segmentos, assim como não há condição verdadeira em A sem a existência de C ou na sua independência entre si e, ainda, a principal condição para essa discordância: que a compreensão do dizer está relacionada ao conhecimento de mundo ou da lógica; a ADL postula a ideia de que a compreensão é encontrada no interior da própria língua, ou seja, na relação que A tem com C na construção do discurso. Para defender essa posição, os autores observam que as línguas possuem pares de frases cujos enunciados designam o mesmo fato, no entanto as conclusões a que esses fatos conduzem podem ser distintas.

Ducrot (1990, p.72) mostra que não são os fatos e sua validade que irão argumentar, mas a forma linguística representada pelos encadeamentos possíveis. O poder argumentativo de um enunciado é determinado linguisticamente. Um mesmo fato verdadeiro A pode compreender conclusões opostas, encaminhadas pelas instruções que as frases aportam, determinantes da intenção do dizer, e por operadores argumentativos. Exemplificando, o autor cita e analisa os enunciados:

(1) *Pedro trabalhou pouco.*

(2) *Pedro trabalhou um pouco.*

À primeira leitura, pensa-se no fato de que se trata do mesmo sentido e significa trabalhar em pequena quantidade. Entretanto, as conclusões às quais conduzem dois enunciados são opostas, se pensado o trabalho do primeiro enunciado (1) num contexto em que trabalhar leva ao êxito e, dessa forma, somente no segundo enunciado (2) se pode argumentar em direção ao sucesso de Pedro. Se pensado num contexto em que o trabalho seja negativo, o enunciado (1) seria positivo.

Assim, não se explicam conclusões somente a partir dos fatos expressos pelos seus argumentos, mas pelas instruções que a significação das frases contém e que apontam para determinadas conclusões e para a exclusão de outras. Percebendo a situação discursiva como um movimento interno da língua, surge

anecessidade de que a teoria se amplie e a fase *standard* ganhe novos olhares direcionados a questões contextuais e enunciativas; nesse momento surgem as concepções de polifonia e a teoria dos *Topoi* para dar conta da nova proposta argumentativa.

2.2 Forma *standard* ampliada e Teoria dos *Topoi*

A primeira fase da ADL contribui com a proposição de uma semântica argumentativa trazendo a ideia central de que as argumentações não são instauradas pelos fatos, mas pelas frases da língua e pela concatenação de segmentos do discurso, a saber, pelo argumento e pela conclusão. Nessa nova fase da teoria, dita por Ducrot “forma recente”, há uma reformulação do conceito de argumentação e a introdução do que se chamou “topos” e “polifonia”. Esses conceitos e suas noções servirão de base para que a apreensão da argumentação antes descrita no nível do enunciado, passe, então, ao nível dos enunciadores que realizam o enunciado.

Para explicar o caminho percorrido entre o argumento e a conclusão, Ducrot se vale da noção de *topos*, definida por ele e Anscombe como princípio argumentativo que garante essa passagem entre um e outro. Esse princípio é uma indicação fornecida pelo locutor do enunciado, para que o sentido seja concebido; funciona como um implícito que justifica o discurso produzido, ou, mais claramente, um terceiro termo, obtido a partir da relação entre o argumento e a conclusão. O *topos* resolve o problema de saber o que deve ser encadeado. Ele garante determinado encadeamento entre os possíveis.

Durante uma enunciação, o locutor faz algumas indicações sobre o caminho que ele escolheu e o interlocutor tenta reconstruir um itinerário a partir das indicações fornecidas. Chamaremos *topoi* essas indicações que permitem operar uma escolha entre os itinerários (DUCROT, ANSCOMBRE,1995, p.38).

Ducrot (1990, p.102) apresenta três propriedades fundamentais integrantes do *topos*: universalidade, generalidade e gradualidade. Sobre universalidade, entende-se o compartilhamento do *topos* por uma comunidade linguística da qual fazem parte os interlocutores; ao mobilizar um *topos*, o enunciador argumentativo

pressupõe que o(s) interlocutor(es) reconheça(m) esse *topos* como um lugar comum, ainda que não concordem com ele.

A generalidade é verificada pelo fato de que o mesmo princípio pode ser utilizado para argumentar em situações distintas. Conforme Ducrot (1990, p.104), a generalidade é uma consequência da universalidade, já que o mesmo *topos* é compartilhado por pessoas diferentes do enunciador. Já a gradualidade, é uma noção considerada importante por Ducrot e Anscombre (1983), porque o *topos* estabelece relação gradual sob duas escalas argumentativas: uma anterior P e outra posterior Q. O *topos* une P e Q e ao fazê-lo, faz corresponder a cada direção do trajeto percorrido na escala antecedente P uma direção na escala conseqüente Q.

Um *topos*, presente no enunciado, justifica o trajeto entre o argumento e a conclusão, a fim de tornar essa conclusão indiscutível. Argumentar é, pois, justificar, a partir de um *topos*, o sentido de uma conclusão, dando vozes aos diferentes enunciadores que mobilizam pontos de vista articulados no enunciado; essas vozes são os elementos explicados pela Teoria da Polifonia.

2.2.1 Teoria da Polifonia⁸

A noção de polifonia foi abordada, primeiramente, em *O dizer e o dito*, no último capítulo intitulado de Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação (1984) e reapresentada no texto *“Polifonía y Argumentación”* (1990), capítulo primeiro, *“La polifonia en lingüística”*, em que Oswald Ducrot esclarece primeiramente a maneira pela qual a noção de polifonia pode ser utilizada em linguística; recorda que esta noção é originalmente ligada a composições musicais, e em seguida, cita o teórico Michail Bakhtin, o qual se utilizou a expressão polifonia para opor e caracterizar duas formas de literatura. A primeira Bakhtin chamou dogmática, uma literatura na qual se expressa uma só voz, a do autor ou várias personagens, que, de alguma forma, são julgados e manipulados por ele; a segunda é a literatura chamada por Bakhtin de popular, polifônica ou ainda carnavalesca, em que as personagens apresentam-se por si mesmas, sem o julgamento do autor e, dessa forma, o resultado final da obra dá-se pela confrontação das personagens.

⁸ Para fins de uma descrição geral da teoria, considera-se importante a apresentação dessa fase nesta seção do capítulo, tendo em vista que se trata de um momento fundamental dentro do percurso teórico. Observa-se que a Teoria da Polifonia foi atualizada.

Ducrot (1990, p.16) aponta sua adaptação da noção de polifonia à análise de pequenos segmentos de discurso que chamamos de enunciados. Segundo ele, um autor de um enunciado não se expressa diretamente, mas põe em cena certo número de personagens. Para Ducrot, a afirmação de que por trás de cada enunciado há uma só pessoa que fala, que o enunciado é unívoco, não procede, acarretando muitas contradições. Para elucidar, o autor criou uma “Teoria Polifônica da Enunciação”, segundo a qual um mesmo enunciado traz presentes vários sujeitos com *stata* linguísticos diferentes. Confira-se a citação a seguir:

Ducrot (1988, p. 15-19), ao tratar de sua teoria da polifonia, mostra que a idéia de sujeito-falante remete, na verdade, a várias funções muito diferentes, como a função de sujeito empírico (produtor do enunciado); de locutor (responsável pelo enunciado); de enunciador (responsável pelos pontos de vista apresentados pelo enunciado), e que a indicação da posição de locutor, em relação à posição dos enunciadores, pode ser de identificação, de aprovação e de oposição. Distingue, em vista disso, três etapas na constituição do sentido do enunciado: apresentação dos pontos de vista dos diferentes enunciadores; indicação da posição do locutor em relação à posição dos enunciadores; identificação do(s) enunciador(es) com outra pessoa que não o locutor. (GRAEFF, 2007, p.195).

A primeira análise feita por Ducrot (1990) relaciona-se à ideia de sujeito falante, remetendo a funções distintas: a de sujeito empírico, a de locutor e a de enunciador. O sujeito empírico é o autor efetivo, o produtor do enunciado. No entanto, não se pode sempre afirmar quem é o produtor real do enunciado tendo em vista que grande parte dos enunciados produzidos são reproduções de discursos já ditos ou ouvidos. A repetição é comum e nossos discursos em geral, são repetições, logo se entende por sujeito empírico um (re)produtor de enunciados.

A segunda função é a de locutor, que, para o autor em foco, é de suma responsabilidade, considerando que é ele quem concretiza o enunciado e deixa marcas textuais que o denunciam. O autor explica que o locutor pode ser totalmente diferente do sujeito empírico, com frequência é um personagem fictício a quem o enunciado atribui a responsabilidade de sua enunciação. A distinção entre os dois pode ser feita, como no exemplo que Ducrot (1990, p.18) nos dá: uma lixeira com o dizer: “Não hesite em utilizar-me”, este “me” remete ao objeto lixeira que não pode ser considerada como um sujeito empírico, pois não produziu o enunciado, mas pode ser chamada de locutor porque neste enunciado é o objeto quem fala.

Ainda, é possível dizer que há enunciados construídos sem a função de locutor, enquanto sujeito empírico sempre existirá. Ducrot (1990, p.19) cita Benveniste quando dizia que “estes enunciados chamados impessoais tem a ver com a *história* [grifo do autor], em oposição a enunciados onde está marcado o locutor e que pertencem ao discurso”. Ele dá o exemplo dos provérbios que essencialmente é um enunciado sem locutor, que dito a alguém transfere a responsabilidade do enunciado para além de qualquer subjetividade individual. A terceira função, de enunciador é apresentada como “uma das grandes ideias da linguística contemporânea, que admite que todo enunciado apresenta certo número de pontos de vista relativos às situações das quais se fala (esses pontos de vista são chamados ‘espaços mentais’ por Fauconnier e ‘universos de crença’ por Martin)” (DUCROT, 1990,p.20).

Ducrot (1990, p.20) chama enunciadores “as origens dos diferentes pontos de vista que se apresentam no enunciado. Não são pessoas, mas sim pontos de perspectiva abstratos”. O locutor pode ser identificado com alguns destes enunciadores, mas, na maioria dos casos, apresenta-os guardando certa distância frente a eles. Com isso, o que se busca na construção dos enunciados é a explicação para a formação do sentido e para tanto, surgem alguns elementos que serão fundamentais.

O primeiro elemento do sentido é, pois, a apresentação de pontos de vista de enunciadores diferentes. O segundo é a indicação da posição do locutor em relação aos enunciadores. O terceiro elemento do sentido é a assimilação de um enunciador com uma pessoa determinada. Quanto ao locutor, pode posicionar-se de três formas frente aos enunciadores: o locutor pode identificar-se com um dos enunciadores. Isso quer dizer que o locutor dá à sua enunciação o objetivo de impor o ponto de vista desse enunciador. É o caso de uma asserção.

O locutor também pode dar aprovação a um enunciador, isto é, indicar que está de acordo com esse enunciador ainda que o enunciado não tenha como objetivo admitir o ponto de vista desse enunciador. É o caso, por exemplo, da pressuposição. Por último ainda, o locutor pode se opor a um enunciador e recusar seu ponto de vista.

Ainda nessa fase, o autor referido contribui com a exposição de conceitos de humor e de negação. As condições para que um enunciado seja considerado humorístico, ilustram-se conforme Ducrot (1988), que foi apresentado anteriormente.

Ao tratar da negação, Ducrot esclarece que em um enunciado negativo não-P há, pelo menos, dois enunciadores: um que expressa o ponto de vista representado por P; e um segundo enunciador que apresenta uma rejeição desse ponto de vista.

Um enunciado negativo é, pois, uma espécie de diálogo entre dois enunciadores que se opõem um ao outro. Cabe ainda ressaltar a importância da Teoria da Polifonia para a desinformatização do sentido, para impossibilitar a identificação de veracidade ou não de um enunciado, corroborando a ideia de buscar no discurso argumentos para que a significação se estabeleça.

2.2.2 Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) – versão atual da ADL

Desenvolvida por Marion Carel em sua tese de doutoramento, é a Teoria dos Blocos Semânticos (1992) a terceira fase da ADL. A partir deste momento teórico, a noção de *topos* é suprimida, já que é abandonada a ideia de princípio argumentativo que liga um argumento a uma conclusão. Essa decisão reforça a ideia de não se conceber a busca da significação no exterior do discurso.

Carel amplia as noções propostas por Oswald Ducrot no decorrer da teoria, como, por exemplo, o conceito de enunciado, visto agora como encadeamento discursivo que possui interdependência semântica entre os segmentos. Para a linguista, o encadeamento não é formado isoladamente constituído de argumento e conclusão ligados por um conector e regidos por um princípio argumentativo, mas é um todo unitário que forma um bloco semântico que deve ser observado em suas relações semântico-argumentativas. “Argumentar não é justificar” (CAREL, 1997, p.) afirma a autora, ao discutir e apresentar duas teses: que a argumentação no discurso não é um processo de demonstração e que a introdução do conector *donc* (em português, portanto), constitui preferencialmente a marca linguística do discurso argumentativo, pois cada argumento conduz a conclusões sejam positivas ou negativas. Confiram-se as palavras abaixo:

Argumentar, então, para Carel (1997) consiste em convocar blocos semânticos cujo caráter argumentativo se dá em duas estruturas básicas, encadeamentos que podem incluir um conector do tipo geral de DONC (portanto) assim como um conector do tipo geral de POURTANT (no entanto). (FREITAS, 2007, p.142)

Na TBS, os encadeamentos argumentativos compõem-se de dois segmentos unidos por um conector como no esquema: X conector Y. Os conectores admitidos são de dois tipos: os normativos e os transgressivos e, assim, formam-se também os tipos de encadeamentos: encadeamentos normativos e transgressivos. Nos normativos, propôs-se usar conectores do tipo DONC (doravante DC), e nos encadeamentos transgressivos os do tipo POURTANT (em português, mesmo assim) (doravante PT). Trata-se apenas de modelos, porém outros recursos de mesmo valor podem ser usados, “há, na língua, um grande número de formas que marcam tanto as relações normativas, quanto as transgressivas” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 14).

Os dois tipos de encadeamentos possuem o que a TBS chama interdependência semântica, ou seja, cada segmento só possui sentido se estiver relacionado a outro. Assim, o sentido das palavras será construído no discurso, na relação entre predicados ligados por um conector, seja explícito ou implícito. Os exemplos apresentados no estudo da teoria mostram como um encadeamento ***isto DC aquilo*** se forma na relação argumentativa.

Para a TBS, os encadeamentos argumentativos normativos em DC e os encadeamentos transgressivos em PT (sigla que representa POURTANT) são considerados pela representação X CON Y; desse esquema extrai-se A do segmento X e B do segmento Y; a representação X CON Y poderá ser positiva ou negativa. Considerar-se-á, também, essa estrutura no capítulo de análises.

No exemplo dado por Ducrot e Carel (2005, p.20) “O hotel está perto da Universidade, portanto é fácil chegar”⁹, esquematiza-se X DC Y, sendo que o que permite dizer X é sua interdependência com Y. Os autores relacionam à conexão existente entre os segmentos, uma convenção em que se atribui à A aquilo que se faz pertinente a X e a B o que é pertinente a Y; reconhece-se, então, em A *perto* e B *fácil chegar*. Se pensado agora o contrário em que X *O hotel não está perto da Universidade*, e Y *portanto não é fácil chegar*, tem-se, então, X e Y acompanhados de expressão negativa. Porém, essa negação não se constata a partir das relações entre A e B, já que não foi estendida ou atribuída a esses segmentos. A partir dessa convenção, é que os linguistas definem a noção de aspecto argumentativo.

⁹ El hotel está cerca de la Universidad, por lo tanto es fácil llegar. (DUCROT; CAREL, 2005, p.20).

Chamamos aspecto A PLT B ao conjunto de encadeamentos argumentativos normativos X PLT Y em que X contém A e Y contém B. O aspecto A PLT B vai conter os encadeamentos *o hotel está perto da Universidade, portanto é fácil chegar*, igualmente o encadeamento *a Igreja está perto da Faculdade, portanto é fácil chegar*, e também o encadeamento *meu quarto está perto do teu, portanto é fácil chegar*, etc., dado que em todos estes casos o pertinente é A, *perto* e B, *fácil chegar*. Estes são encadeamentos normativos (DUCROT; CAREL, 2005, p.20).¹⁰

A mesma relação é apresentada com os aspectos de encadeamentos transgressivos, ao relacionar uma argumentação positiva, obtém-se sua oposição como possibilidade; Carel e Ducrot (2005, p.20-21) afirmam que o aspecto A PT B são encadeamentos transgressivos em que X contém A e Y contém B, sem que nenhum seja objeto de uma negação, como exemplo: “O hotel está perto da Universidade, mesmo assim é fácil chegar”. Observe-se que o encadeamento forma o aspecto A PTB, mas, nesse caso, não se admite com uma significação aceitável.

- (a) A DC B
- (1) O hotel está perto da Universidade, portanto é fácil chegar
- (b) A PT B
- (2) O hotel está perto da Universidade, mesmo assim é fácil chegar
- (c) Neg-A DC B
- (3) O hotel não está perto da Universidade, portanto é fácil chegar
- (d) Neg-A PT B
- (4) O hotel não está perto da Universidade, mesmo assim é fácil chegar
- (e) A DC Neg-B
- (5) O hotel está perto da Universidade, portanto não é fácil chegar
- (f) Neg-A DC Neg-B
- (6) O hotel não está perto da Universidade, portanto não é fácil chegar
- (g) A PT Neg-B
- (7) O hotel está perto da Universidade, mesmo assim não é fácil chegar
- (h) Neg-A PT Neg-B
- (8) O hotel não está perto da Universidade, mesmo assim não é fácil chegar.(CAREL; DUCROT, 2005, p.21)¹¹

Somando-se os aspectos A DC B e A PT B, e acrescentando negações correspondentes, têm-se oito possibilidades, das quais algumas podem resultar absurdas e outras requerer contextualização. Como se percebe, não há

¹⁰ Llamamos aspecto A PLT B al conjunto de encadenamientos argumentativos normativos X PLT Y en el que X contiene a A e Y contiene a B. El aspecto A PLT B va a contener los encadenamientos el hotel está cerca de la Universidad, por lo tanto es fácil llegar, pero igualmente el encadenamiento la Catedral está cerca de la Facultad, por lo tanto es fácil llegar, y también al encadenamiento mi dormitorio está cerca del tuyo, por lo tanto es fácil llegar, etc., dado que en todos estos casos lo pertinente es A, cerca y B, fácil llegar. Estos son encadenamientos normativos. (DUCROT; CAREL, 2005, p.20).

¹¹ Optou-se por traduzir do espanhol, pois a edição do livro trouxe alguns erros ortográficos nas construções.

compatibilidade ou incompatibilidade entre os predicados, o que ocorre é que se torna admissível ou não a relação argumentativa que se estabelece entre eles por meio do conector. Dados os encadeamentos relacionados, parece claro que alguns deles se equivalem:

- a) A *DC B*: O hotel está perto da Universidade, portanto é fácil chegar
- b) Neg-A *PT B*: O hotel não está perto da Universidade, mesmo assim é fácil chegar
- c) A *PT Neg-B*: O hotel está perto da Universidade, mesmo assim não é fácil chegar
- d) Neg-A *DC Neg-B*: O hotel não está perto da Universidade, portanto não é fácil chegar

Nos casos acima, é evidenciado que o sentido da palavra *perto* se dá pela argumentação. Nesse sentido, constroem-se blocos semânticos. Os encadeamentos pertencentes aos aspectos formam os blocos. Em termos gerais, as oito construções citadas mais acima, poderão gerar dois blocos diferentes. Considerando que a interdependência semântica é a mesma em quatro encadeamentos, eles formam parte do mesmo bloco.

Veja-se, ao contrário, os outros quatro encadeamentos possíveis, apresentados em:

- a) A *PT B*: O hotel está perto da Universidade, mesmo assim é fácil chegar
- b) Neg-A *DC B*: O hotel não está perto da Universidade, portanto é fácil chegar
- c) A *DC Neg-B*: O hotel está perto da Universidade, portanto não é fácil chegar
- d) Neg-A *PT Neg-B*: O hotel não está perto da Universidade, mesmo assim não é fácil chegar

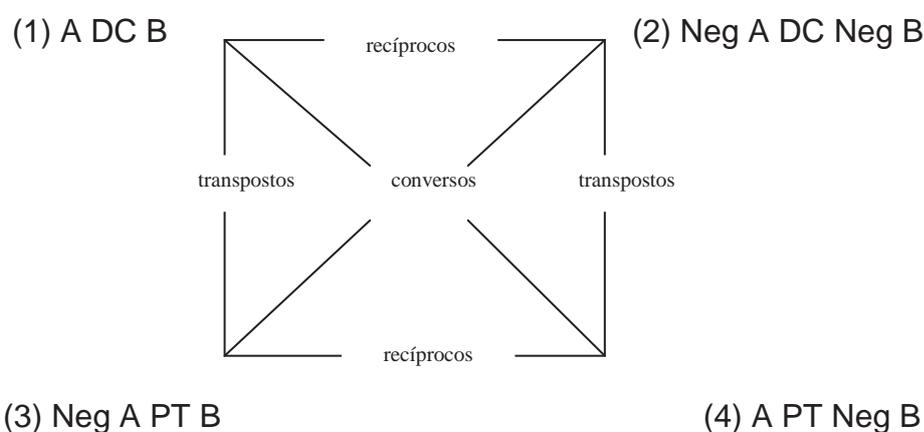
Os encadeamentos apresentados constituem um bloco diferente do bloco anterior; os dois são possíveis, mas com sentidos distintos. Confirmam-se os sentidos diferentes de BS_1 e BS_2 , respectivamente:

O hotel está perto da Universidade, portanto é fácil chegar

O hotel está perto da Universidade, portanto não é fácil chegar

O primeiro encadeamento expressa um *perto* que leva a pensar ser desnecessário automóvel ou meio de transporte equivalente para chegar ao hotel; o segundo indica um *perto* que leva a pensar a necessidade de transporte para locomover-se para o hotel e para a Universidade, portanto, é um bloco absurdo. A constituição dos blocos se mostra formalizada da seguinte forma, tome-se o exemplo do bloco semântico 1:

BS₁



Ducrot (2005, p. 40.) afirma que os aspectos pertencentes a cada bloco estabelecem entre si relações discursivas denominadas conversas, recíprocas e transpostas. São conversos os encadeamentos X CON Y e X CON Neg-Y, em que ocorre a troca de conectores e a negação do segundo segmento, no segundo encadeamento. São recíprocos X CON Y e Neg-X CON Neg-Y, em que são mantidos os conectores e ambos os segmentos contidos no primeiro encadeamento são negados no segundo; são transpostos X CON Y e Neg-X CON Y, em que há, no segundo encadeamento, alternância dos conectores e negação do primeiro segmento. Pelo bloco construído acima, tem-se:

São conversos:

São recíprocos:

(1) A DC B e (4) A PT Neg B

(2) Neg-A DC B e (3) Neg-A PT Neg-B

São recíprocos:

(1) A DC B e (2) Neg-A DC Neg-B

(3) Neg-A PT B e (4) A PT Neg-B

São transpostos:

(1) A DC B e (3) Neg-A PT B

(2) Neg-A DC Neg-B e (4) A PT Neg-B

Como exposto, os aspectos argumentativos são conjuntos de encadeamentos que dão sentido a uma expressão. Em outras palavras, o sentido de uma expressão não é/está dado por informações ou pensamentos, mas sim pelos aspectos argumentativos dessa expressão. Cumpre dizer que as relações entre os ângulos do quadrado não são relações lógicas, como as do quadrado aristotélico¹², são relações discursivas.

Nessa fase da ADL, são explicitados os conceitos de argumentação interna e argumentação externa, fundamentais na análise das narrativas. Conforme Ducrot e Carel (2005, p.62), existem dois modos pelos quais podem ser ligados os aspectos normativos e os transgressivos a uma entidade linguística: o modo interno e o modo externo, que convencionaram chamar, respectivamente: argumentação interna (AI) e argumentação externa (AE). Trata-se do vínculo entre as entidades semânticas e os enunciados.

As argumentações externas de uma unidade linguística são os encadeamentos dos quais a expressão faz parte, observam-se as palavras:

A argumentação externa de uma entidade linguística e são os encadeamentos nos quais e pode ser a origem ou o término. Em outras palavras, a argumentação externa de uma entidade e está constituída pelos encadeamentos que vão até e e vem de e¹³ (CAREL; DUCROT, 2005, p.62).

A argumentação externa pode ocorrer à direita ou à esquerda. A AE à direita é constituída pelos encadeamentos que sucedem a entidade e. À esquerda, pelos encadeamentos que a precedem. Em outras palavras, a AE à direita de uma entidade e pode ser representada por e CON X, e à esquerda, por X CON e. Na AE à direita de *prudente*, encontra-se *prudente* DC *segurança* e *prudente* PT Neg-*segurança*.

¹² La idea de agrupar expresiones en cuadrados es muy antigua. Sabemos que Aristóteles construyó el cuadrado lógico con un cierto número de relaciones lógicas (contrariedad, contradicción, subcontrariedad, implicación) entre cuatro expresiones.

¹³ La argumentación externa de una entidad lingüística e son los encadenamientos en los que e puede ser ya el origen ya el término. En otras palabras, la argumentación externa de una entidad e está constituída por los encadenamientos que van hacia e o que vienen de e. (CAREL; DUCROT, 2005, p.62).

No exemplo referido pelos autores em foco, com a palavra *prudente*, percebe-se a autonomia argumentativa da palavra plena e, ao mesmo tempo, o sentido que se produz nos encadeamentos a que ela está associada. Formando parte da AE de *prudente*, destacamos os encadeamentos citados¹⁴:

Pedro é prudente, portanto não terá acidentes.

Pedro é prudente, portanto estará seguro.

Nestes encadeamentos, ocorre a AE, que a ADL classifica como argumentação externa à direita, mas também se podem construir estruturas em que se chegue a *prudente*, conduzindo à argumentação externa à esquerda: *Tem medo, portanto é prudente*. Para esclarecer, verifica-se que no artigo intitulado “Os internalizadores” (2002), Ducrot, ao discutir encadeamentos que referem o argumento *ter pressa*, menciona:

Quando se trata do aspecto externo à esquerda de uma entidade, a regra que precede, motivada pela preocupação geral de substituir a ordem da realidade pela ordem do discurso, aplica-se ainda, mas exige uma pequena reformulação: se a AE da entidade X contém “Y CON X”, ela contém também o aspecto dito “transposto”, que é “neg-Y CON’ X”. Assim a AE à esquerda de *ter pressa* comporta não somente “*ter pressa DC apressar-se*”, mas igualmente “*neg-ter pressa PT apressar-se*”. (DUCROT, 2002, p.9).

As AE, classificam-se em estruturais e contextuais. São estruturais, quando formam parte do sentido linguístico da entidade, ou seja, estão previstas pela língua; são AE contextuais, quando se vinculam à situação de discurso. Para reconhecê-las, realizam-se encadeamentos possíveis sobre a base de um ou de outro conector, transformando as situações discursivas. Confirma-se a citação abaixo:

Se é contextual, a entidade *e* terá em sua AE e *CON X*, por exemplo, *prudente, portanto merece confiança*; é contextual também, se tiver, em outra situação, e *CON’ X*, isto é, *prudente, no entanto merece confiança*, e igualmente, e *CON Neg-X*, ou seja, *prudente, portanto não merece confiança e prudente, no entanto não merece confiança*”(CAREL; DUCROT, 2005, p.64) (grifos dos autores).

Observa-se que, enquanto as AE estruturais são estritamente determinadas pela língua, as AE contextuais dependem de cada situação de discurso. Para distinguir as AE das AI deve-se dizer, em primeiro lugar, que os encadeamentos que

¹⁴ Utilizam-se exemplos extraídos de Carel e Ducrot (2005), aqui traduzidos.

formam parte da AI de uma entidade não contêm essa entidade; em segundo lugar, se um aspecto X CON Y é constitutivo da AI de uma entidade, é impossível que o converso também seja. Se numa AI há o aspecto X CON Y, não se encontrará, na mesma AI, o aspecto X CON' Neg-Y. Ainda que nunca possam achar-se dois aspectos conversos na mesma AI, podem ser encontrados dois aspectos recíprocos. Isto significa que, se houver DC na AI, não pode haver um PT, e se há um PT, não pode haver um DC. Tudo o que está na entidade, está em sua AI, mas a própria entidade lexical não forma parte da AI.

Carel e Ducrot (2005, p.62) retomam o exemplo de *prudente*, para explicar a AI de uma entidade linguística:

Retornemos ao exemplo de *prudente*. Em sua AI encontramos, segundo meu ponto de vista, *perigo PT precaução*, porém não encontramos *perigo NE neg-precaução*, já que *perigo NE neg-precaução* é a AI de outra palavra, a saber, *imprudente*. No caso de *inteligente* encontramos em sua AI *difícil NE compreende*, porém não encontramos *difícil PT não compreende*, que é a AI de *não inteligente* ou de *tonto*. (CAREL; DUCROT, 2005, p.65) (grifos do autor.)

As argumentações internas de uma expressão são, quanto a elas, encadeamentos que constituem equivalentes mais ou menos próximos dessa expressão, eventualmente paráfrases ou reformulações. No exemplo “João foi prudente”, na argumentação interna desse enunciado, encontram-se inicialmente, os encadeamentos dados com a descrição do adjetivo “prudente”. Reagrupados em diferentes conjuntos que Ducrot e Carel (2008, p.10) chamaram “aspectos”, caracteriza-se a prudência, entre outras coisas, pelo fato de tomar precauções quando há perigo, introduz-se na argumentação interna do enunciado todos os encadeamentos normativos que têm como suporte a indicação de um perigo e como aporte a indicação de precauções. Observe-se o exemplo:

“havia perigo, portanto João tomou precauções”, “havia perigo, portanto Maria tomou precauções”, “se há perigo, Pedro toma precauções”. Reagrupamos encadeamentos em um aspecto que escrevemos, por convenção mnemotécnica, *perigo DC precauções* (o termo da esquerda, “perigo”, indica o suporte dos encadeamentos; o da direita, “precauções”, o aporte; e “DC”, que evoca a conjunção “donc” (portanto), indica que se trata de encadeamentos normativos). Na argumentação interna de “João foi prudente”, colocamos esse aspecto, e também outros, como *perigo DC desistir de fazer* (“quando uma ação é perigosa, desiste-se de fazê-la”), que são “expressos” pelo enunciado (DUCROT; CAREL, 2008, p.10).

Vê-se que o aspecto expresso contém argumentações que não são propriamente falando paráfrases do enunciado, já que elas diferem dele pelo sujeito gramatical, nesse caso, “Maria” e “Pedro” e pelo modo verbal, o enunciado que serviu de exemplo, e como já foi visto, que é específico, exprime um aspecto no qual encontram-se encadeamentos não específicos de uma situação. Assim, considera-se importante colocar também na argumentação interna de um enunciado encadeamentos ditos “evocados”, que são dele as mais exatas paráfrases, como “a situação não era sem perigo, então João tomou diversas precauções”(DUCROT; CAREL, 2008, p.11).

As argumentações internas também podem ser qualificadas de estruturais ou contextuais; as AI estruturais formam parte da significação linguística da entidade. Por outra parte, a AI é contextual, quando é o discurso o que a determina, isto é, o falante estipula discursivamente essa definição. Se chama-se de inteligente quem faz o que quer, a AI de inteligente passa a ser: deseja DC faz. Observa-se que as AI não são estruturais ou contextuais em si mesmas, mas sim na relação com uma entidade linguística analisada.

Ao dizer, por exemplo, *Maria luta por seus ideais* num contexto em que lutar é necessário para vencer, entende-se que Maria é vencedora, e, portanto, pode-se constatar sua AI: luta DC vence, (AI estrutural) ou em um contexto que leva a pensar em ambição, poderia ser: almeja DC age, (AI contextual).

2.2.3 Atualização da Teoria da Polifonia

Carel e Ducrot (2010, p.10-14) referem-se, primeiramente, a formas de polifonia que se caracterizam por concepções opostas aos conceitos propostos por eles atualmente; trata-se da polifonia chamada “atitudinal” e “musical”. A primeira apresenta-se com a sustentação de que o locutor toma frente a atitudes diversas em relação a vários conteúdos que ele mesmo apresenta. É o caso de enunciados com pressupostos, em que o locutor toma atitudes de reconhecimento ou concessão, ou ainda, pode assumir o conteúdo. Da mesma forma, nos enunciados negativos, o locutor rejeita um conteúdo assumindo outro oposto.

Como exemplos para isso, os linguistas recordam o enunciado “Pedro parou de fumar”, que abarca uma significação pressuposta e o conteúdo [Pedro fumou antes] e com isso o locutor reconhece o conteúdo. Porém, a atitude desse locutor

em relação a “Pedro parou de fumar” é de assumir o conteúdo [Pedro não fuma atualmente]. Igualmente em “Pedro não está ali”, o locutor rejeita o conteúdo [Pedro está ali], assumindo o conteúdo de representação da ausência de Pedro ou, ainda, traz a ideia de que o primeiro enunciador esteja ausente. Mesmo que pareça esclarecedor, há pelo menos uma consequência nisso: a de esfacelamento do conteúdo, e, por ela, a necessidade da introdução de uma nova noção, como se poderá verificar na citação que segue:

Uma consequência dessa concepção é, evidentemente, produzir um tipo de esfacelamento do conteúdo e se opor, então, ao dogma das gramáticas gerais e de certos psicologistas, segundo os quais cada enunciado manifesta um pensamento único, que possui uma unidade interna. É, sem dúvida, para evitar essa consequência, julgada indesejável, mantendo a pluralidade dos conteúdos, que Berrendonner (1982, p.52) introduziu a noção de “complexo ilocutório”, destinada a reunir, numa posição ilocucionária única, as diferentes atitudes do locutor (CAREL; DUCROT, 2010, p.11).

Com a reunião das diferentes atitudes do locutor numa posição ilocucionária única, mantém-se a pluralidade dos conteúdos e a concepção dita “atitudinal” restringe-se à manifestação de uma unidade interna, orientada por um pensamento único, limitando o conteúdo a aceções pares positivas e/ou negativas e de origem pressuposta.

A segunda concepção de polifonia, chamada musical, considera a anterior apenas como a união de falas no interior do conteúdo e isso implica pensar em uma “interpretação quase que literal da palavra voz” (CAREL; DUCROT, 2010, p.11). Na versão musical da polifonia, nega-se que pressupostos sejam o bastante para caracterizar um enunciado como polifônico. Entende-se, entretanto, que a interpretação de um enunciado esteja relacionada ao intelecto, à intuição discursiva, considerando a polifonia interligada a fontes discursivas diferentes e atribuídas a fontes também distintas. Nas palavras de Ducrot e Carel (2010, p.11), “As fontes desses discursos podem ser compreendidas de maneira psicanalítica como diversas ‘instâncias psicológicas’, que seguem nas palavras o debate que elas têm no pensamento”.

Dessa forma, pressuposições e negações, nessa concepção musical de polifonia, resultam de superposições de discursos, tornando, assim, o locutor um

elemento parcial na construção dos sentidos. Pode-se dizer que o sentido emerge de discursos vários, e do mesmo modo que na concepção anterior, apresentada sob a forma de uma pluralidade de pares, refere-se a cada um dos discursos associados a uma voz e um conteúdo.

Opondo-se às duas concepções apresentadas e buscando a construção de uma teoria argumentativa da polifonia, Carel e Ducrot (2008) atualizam a Teoria da Polifonia apresentada no último capítulo de “O dizer e o dito” (1984). Na versão publicada em nessa obra, a significação era composta, em primeiro lugar, pela identificação do locutor e dos enunciadores e, em segundo, pela descrição da atitude do locutor em relação aos enunciadores. Atualmente, os autores objetivam reformular e retomar a ideia que preconiza a teoria articulando-a à Teoria dos Blocos Semânticos.

Justificam essa reconfiguração por julgarem insuficiente uma descrição semântica que inseria a responsabilidade pelo conteúdo do enunciado no interior da atitude do locutor. Para demonstrar que o enunciador ou responsável pelo conteúdo do enunciado não pode ser “absorvido” pela atitude, é necessário, conforme o fazem Carel e Ducrot (2010), descrever as três atitudes que o locutor pode tomar em relação ao conteúdo do enunciado.

O segundo motivo para a reformulação, conforme as palavras de Carel e Ducrot (2010, p.19), é que o importante semanticamente [...] “não é a identidade individual dos enunciadores, o fato de que se trata desse ou daquele estar presente na situação de discurso, mas o modo particular pelo qual eles preenchem o papel geral que lhes é conferido”. Mas o principal, já referido anteriormente, refere-se à questão do esfacelamento do conteúdo. Todos os enunciados têm um autor/locutor (L) que é o responsável pela introdução dos conteúdos. Não se pode confundi-lo com o produtor real do enunciado, aquele que fala ou o sujeito empírico, pelo qual a teoria não se interessa. Os discursos polifônicos são introduzidos pelo locutor com “maneiras de dizer”. Essas maneiras são descritas como: atitudes do locutor e a Pessoa.

Pela atitude discursiva, o locutor indica qual é o papel ou função do conteúdo introduzido. As atitudes do locutor podem ser três tipos em relação ao conteúdo: o conteúdo é posto; o conteúdo pode ser acordado; o conteúdo pode ser excluído. Quando se diz que o conteúdo foi *posto*, foi então apresentado, ilustrado,

comentado ou defendido; um conteúdo é *acordado* quando o L não o discute, aceita, somente põe; é *excluído* quando o conteúdo é rejeitado.

A primeira concepção é vista considerando a sustentação de que o locutor apresenta vários conteúdos na maioria dos enunciados, tomando frente a eles atitudes diversas, como a primeira, referida nas palavras abaixo:

Lembremos as três atitudes principais que, segundo nós, o locutor pode tomar frente a um conteúdo. A primeira é de “pôr” ou de “assumir” o conteúdo, fazendo de sua comunicação o objeto do enunciado, isto é, no quadro de uma linguística argumentativa, articulando-o a outro discurso. (CAREL; DUCROT, 2010, p.16).

O locutor põe um conteúdo quando aceita sua “responsabilidade”, apresenta o que está no discurso, representando-o mesmo sem subjetividade e marcas textuais. Ducrot e Carel (2008) ilustram essas questões ao estudar a estrutura *parece que q*, em que o locutor põe o conteúdo argumentativo expresso por *q* (*parece que vai fazer bom tempo, nós deveríamos, portanto, sair*) e, ao mesmo tempo, não assume sua responsabilidade, mas aceita em favor de um terceiro. Não se trata, porém, de um pressuposto, já que não se caracteriza por situar-se fora do conteúdo; pôr significa declarar o objeto dos enunciados. Aos pressupostos, reserva-se uma segunda atitude do locutor, como se pode compreender na citação:

Uma segunda atitude possível, para nós, é aquela que concerne especialmente aos conteúdos pressupostos, atitude que nós chamamos “concordar” e que consiste simplesmente em pôr esse conteúdo fora do discurso, recusando-se a fazer dele um objeto possível de discussão. É suficiente dizer (isso foi dito muito frequentemente desde Frege, mas não por Frege) que o conteúdo acordado é atribuído a um ON (SE) – enunciador, a um tipo de doxa ou de voz pública, e que essa atribuição esgota a atitude de acordo (CAREL; DUCROT, 2010, p.16).

É muito discutida a questão dos pressupostos, uma vez que não há como afirmar seguramente um fato sem que haja linguisticamente elementos que o comprovem; não se pode dizer, como no exemplo de Carel e Ducrot (2010, p.16) que alguém parou de fumar pelo fato de apresentar-se nervoso; trata-se apenas de uma hipótese que pode ser confirmada ou não, ou seja, o locutor pode ou não concordar.

Já a terceira atitude, a de *exclusão*, é entendida, primeiramente, a partir de enunciados negativos frente a enunciados positivos: *neg-estudou* e, *portanto, sairá mal na prova*, por exemplo, contemplando a concepção polifônica da negação.

A terceira atitude que nós isolamos é a “exclusão”. É a atitude do locutor de um enunciado negativo “não X” frente ao conteúdo de X (supomos admitida, para falar de exemplos desse tipo, a concepção dita “polifônica” da negação). Como para as outras atitudes, quer-se explicitar a atitude de exclusão por uma certa indicação sobre a responsabilidade de X, notadamente por essa indicação mínima de que não pode se tratar do locutor do enunciado negativo (CAREL; DUCROT, 2010, p.16).

Outras atitudes, porém, também podem apresentar conteúdos excluídos pelo locutor, e, no entanto, esses conteúdos, não necessariamente, devam ser constituídos por enunciados negativos, apenas rejeitados pelo locutor; o que não se pode deixar de frisar é que tanto negativos quanto positivos, os enunciados reúnem conteúdos argumentativos, antes de tudo, e estes são postos qual for seu modo de aparição, os quais serão discutidos mais adiante.

Afirma Carel (2010) sobre as atitudes do L, que são de ordem discursiva, não de caráter psicológico, como se lê no comentário seguinte:

Insisto no fato de que não se trata de atitudes psicológicas do locutor, manifestando o que seriam diversas maneiras de crer, variáveis por seu grau ou por suas razões. As atitudes do locutor são puramente *discursivas*: elas indicam o papel que o conteúdo terá no discurso. É por marcar esse caráter discursivo e não psicológico das atitudes do locutor que preferi os termos “pôr” e “excluir” aos termos “assumir” e “recusar” que utilizei com Ducrot em (Ducrot; Carel, 2010, p.23).

Seguindo o enfoque sobre as maneiras de dizer do locutor, a seguinte será apresentada pelo parâmetro Pessoa, o que dá garantias ao conteúdo, o qual poderá ser compreendido a partir de *tons* que os conteúdos revelam no discurso. Das Pessoas emergem, de maneira objetiva, os conteúdos e aos dois está associado o que se entende por polifonia linguística.

A polifonia é constituída por diferentes vozes que o conteúdo pode abranger. Conforme Carel (2008, p.2-3), as vozes instituídas discursivamente são as do locutor (L) e interlocutor (TU), a opinião pública (SE), a voz do MUNDO, que corresponde

aos Fatos, à História; ainda é abordada uma última voz que é a do Ausente, aquela que possui força ou tom menor que a do MUNDO; este Ausente é a Pessoa IL. Confirmam-se as palavras de Carel (2011, p.33):

A “teoria argumentativa da polifonia” (TAP), que eu construo atualmente com Oswald Ducrot e Alfredo Lessano consiste no que era seu primeiro objetivo – descrever os tipos de apresentação de um conteúdo – e propõe ver nos enunciadores, não as fontes dos conteúdos, mas seres míticos, em número restrito. Há a voz do Mundo que permite ao locutor tomar um tom factual e que aparece no que eu chamo o modo enunciativo do encontrado: o conteúdo aparece como achado, encontrado, pelo locutor, sem que nenhuma subjetividade tenha algum papel em sua concepção. (Creio assim possível descrever os textos “históricos”, no sentido de Benveniste, sem supor o desaparecimento do locutor: o locutor continua presente, mas assume um tom factual e é nisso que consiste seu apagamento). Há a voz do Ausente, que permite ao locutor se descomprometer em benefício de outra subjetividade: os conteúdos aparecem então como aceitos pelo locutor. Há enfim a voz do Locutor, que permite ao locutor tomar um tom engajado e define o que eu chamo de modo do concebido: o conteúdo aparece como concebido pelo locutor no próprio momento da enunciação. Essa última voz é tão mítica quanto as outras. Ela representa, não a individualidade do locutor, no que o distingue de outros locutores, responsáveis por outros enunciados, mas o fato de que ele se compromete em seu enunciado.(CAREL, 2011, p.33).

Para que se compreenda melhor, citam-se os exemplos dados por Carel (2011, p.33-34), que relacionam:

(A) *Eu acho que os estudos literários sobre um autor não têm lugar em nossa universidade. É preciso recusar essa inscrição como tese.*

(B) *Nossa universidade não inscreve tese literária sobre autor. É preciso recusar essa inscrição.*

(C) *Parece que nossa universidade não inscreve tese literária sobre autor. É preciso recusar essa inscrição.*

Trata-se de três discursos em que os locutores põem o mesmo conteúdo [*que os estudos literários sobre autor não têm lugar em sua universidade*], mas o que os difere são os modos enunciativos ou modos de aparição desses conteúdos. Em (A), o conteúdo aparece no modo do *concebido*, o qual se pode identificar pela presença do Locutor (L) engajando-se no discurso; em (B), o conteúdo aparece no modo encontrado, caracterizado pela falta de subjetividade do Locutor na construção dos enunciados, ele apenas declara o que encontrou sem desempenhar nenhum papel no discurso; em (C), o modo de aparição é compreendido como recebido, uma vez que o Locutor recebe o conteúdo, descomprometendo-se desta voz em

benefício de uma subjetividade que não é sua. Carel (2010, p.20) acrescenta que “Lescano distingue uma quarta Pessoa, o ‘Testemunho’”, o qual a linguista esclarece que se trata daquela pessoa atribuída às narrativas em primeira pessoa, em que o narrador participa da narração. Nos exemplos que a linguista indica, estão as expressões abaixo, que auxiliam no esclarecimento desses modos. Confirmam-se as palavras:

a locução *eu acho que* indica que o conteúdo [p] é concebido e constitui o que o locutor, enquanto locutor, está concebendo, o que reflete seu ponto de vista enquanto locutor do enunciado. Por outro lado, introduzido por *meu ver*, o conteúdo [p] constitui somente o ponto de vista do locutor enquanto ser do mundo e o conteúdo assumido [p] aparece no modo do recebido. Simples organizador do enunciado, e não mais como tendo concebido o enunciado assumido, o locutor de *a meu ver p* aparece, por isso, como retirando-se. Essa diferença de presença do locutor nos dois enunciados tem como consequência que só a forma *em eu acho que* pode ser utilizada para explicar com que humor se está (CAREL, 2011, p.34, grifos do autor).

Apresentando a construção do chamado tripé de significação, tem-se a reconfiguração da Teoria da Polifonia composta pelo *conteúdo* do enunciado, pela *atitude do locutor frente a esse conteúdo* e por uma terceira instância enunciativa, a *Pessoa*. (CAREL;DUCROT, 2010, p.12-13). Acrescentam-se, ainda, a esse tripé os modos enunciativos ou modos de aparição dos conteúdos citados anteriormente: o modo concebido, o conteúdo aparece como concebido pelo locutor no próprio momento da enunciação percebe-se isso por meio de marcas deixadas por ele, o encontrado em que o conteúdo aparece como achado, encontrado, pelo locutor, sem que nenhuma subjetividade tenha algum papel em sua concepção; e o modo recebido, quando não há ligação entre o modo enunciativo escolhido e o conteúdo comunicado.

Esses conceitos apresentados acima serão referenciados nas análises que seguem no próximo capítulo. Serão analisadas a polifonia e a argumentação em duas narrativas de humor, buscando identificar o que possibilita revelar os sentidos chistosos em textos escritos.

3 ANÁLISE POLIFÔNICA E ARGUMENTATIVA DAS NARRATIVAS SELECIONADAS

Para fins de análise, foram selecionados dois textos narrativos da série *Amores Possíveis*, de José Roberto Torero, em que se irá verificar a construção polifônico-argumentativa nos discursos. Para tanto, o método utilizado basear-se-á primeiramente nas leituras acerca da Teoria da Argumentação na Língua (ADL), de seus conceitos fundamentais como: enunciado, locutor, polifonia, argumentação interna e externa, encadeamento argumentativo, aspectos normativos e transgressivos e bloco semântico, tudo para se chegar ao objetivo maior que é revelar linguisticamente a constituição do elemento humorístico nos textos narrativos escritos analisados.

Para as análises, serão observados os seguintes procedimentos:

a) cada texto será dividido em trechos que contenham um discurso argumentativo consecutivo (DC) ou concessivo (PT);

b) da leitura dos enunciados irá se mostrar o encadeamento argumentativo (EA) passível de ser evocado a partir das relações linguístico-discursivas;

c) após, será feita a explicitação do aspecto argumentativo que esse encadeamento expressa (caso necessário, serão mostradas as relações desse aspecto com outros dentro do quadrado argumentativo);

d) em seguida, serão analisadas as atitudes do locutor frente ao conteúdo argumentativo (encadeamento evocado juntamente com aspecto exposto), com base em conceitos da Teoria da Polifonia Atualizada;

e) com os resultados do reconhecimento das relações argumentativas e da polifonia existente em cada trecho, far-se-á um apanhado geral da argumentação polifônica de cada narrativa, para que se perceba a constituição do humor linguístico-argumentativo, objetivo maior deste trabalho.

Os textos da série escolhida não possuem título e encontram-se apenas numerados; assim, a apresentação deles será aqui feita em numeração de narrativa 1 e narrativa 2.

3.1 Análise da narrativa 1

Dona Rosa é casada com Dr. Augusto. Dr. Augusto traía dona Rosa com uma de suas enfermeiras, Berenice. Ao que parece, dona Rosa sabia do amor do marido pela enfermeira, mas comportou-se resignadamente e jamais deu um pio. Porém, por uma dessas ironias, o grande neurologista teve um derrame e perdeu todos os movimentos. Zelosa, dona Rosa contratou a própria Berenice como enfermeira. O resultado não foi dos melhores:

Dr. Augusto sofre profunda vergonha toda vez que sua amada Berenice dá banho no seu corpo mole e sem vontades.

Berenice chora um pouco toda manhã, pois dói-lhe muitíssimo ver seu ex-amante prostrado na cama.

Apenas dona Rosa não está infeliz, e vez ou outra pode-se vê-la assobiando um bolero.

Trecho 1

Dona Rosa é casada com Dr. Augusto. Dr. Augusto traía dona Rosa com uma de suas enfermeiras, Berenice. Ao que parece, dona Rosa sabia do amor do marido pela enfermeira, mas comportou-se resignadamente e jamais deu um pio.

No primeiro momento, é possível que se reflita sobre o sentido de algumas palavras e expressões que no trecho extraído constam; a exemplo disto, cita-se a mescla entre os tempos verbais presente e pretérito imperfeito: *é casada/ traía dona Rosa*, como usos próprios de recursos da narrativa que, no contexto linguístico, apenas situam os fatos; e a utilização do pronome *suas* na expressão *uma de suas enfermeiras*, que poderia ser compreendido de maneira ambígua, uma das enfermeiras de sua equipe ou uma das enfermeiras que o cuidam, e, nesse caso, afetivamente, uma vez que a traição é explicitada. Estas considerações poderão ser compreendidas melhor na sequência de análise, sem que haja necessidade de explorá-los separadamente.

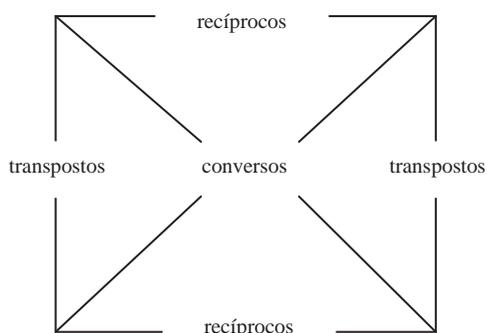
A leitura do trecho 1 permite que se evoque os encadeamentos a partir dos segmentos encadeados por *mas*: *Ao que parece, dona Rosa sabia do amor do*

marido pela enfermeira, mas comportou-se resignadamente e jamais deu um pio um bloco semântico que relaciona o aspecto, a argumentação interna: *SABER PT CALAR* entendido a partir do encadeamento argumentativo [*Saber da traição DC vingar-se*]. O bloco é constituído por um sentido inesperado, uma vez que saber ser traído implica dizer, manifestar-se, cobrar; comumente, quem é traído reage manifestando o conhecimento da situação, deixando claro o que pretende fazer a partir desse momento, uma esposa traída rebela-se, quer vingança, quer separação; porém é o sentido contrário que foi criado no contexto linguístico analisado, uma vez que as expressões: *comportou-se resignadamente e jamais deu um pio* possibilitam ilustrar essa contradição; quer dizer que o discurso traz um sentido oposto àquilo que se caracteriza por recorrências de uma traição.

Dessa forma, conforme o trecho 1, é possível chegar-se à construção do quadrado argumentativo, considerando o encadeamento evocado:

BS: Saber da traição/vingar-se

(1) A DC B



(2) Neg A DC Neg B

(3) Neg A PT B

(4) A PT Neg B

(1) A DC B: Saber da traição DC vingar-se. (vingativa)

(2) Neg A DC Neg B: Neg saber da traição DC Neg vingar-se. (indiferente)

(3) Neg A PT B: Neg saber da traição PT vingar-se. (ciumenta)

(4) A PT Neg B: Saber da traição PT Neg vingar-se. (resignada)

Os aspectos normativos (1) *Saber da traição portanto vingar-se* e (2) *Não saber da traição portanto não se vingar*, se constituem como argumentos voltados ao senso comum que avalia a traição motivo para haver uma separação e o final de um casamento como forma de vingança; o aspecto transgressivo (3) *Não saber da traição mesmo assim vingar-se* pode ser compreendido por alguém inseguro(a) e

que seja ciumento(a) demais, que fantasie uma traição e/ou não confie no(a) parceiro. Já o aspecto transgressivo (4) *Saber da traição mesmo assim não se vingar*, constrói a ideia de que mesmo sabendo da traição, permanece calado. Este ponto de vista leva a pensar em alguém que não quer vingança, que se resigna à situação, porém trata-se de um texto com sentido absurdo e, portanto, chega-se ao contraponto que faz brotar o cômico.

O sentido no discurso analisado trata de dois predicados encadeados por um conector transgressivo: *Saber da traição PT não se vingar*. Estes dois predicados tornam-se responsáveis pela significação do encadeamento que expressa o aspecto do bloco semântico, constituindo um sentido único, indecomponível, tratando-se de uma situação em que mesmo sabendo da traição, não revela isso, não se rebela. Esse pensamento pode ser assim explicitado normativamente por: *Aquele que é traído rebela-se, diz algo ou [Saber da traiçãoDC vingar-se]*. No entanto, o aspecto do bloco que emerge linguisticamente no discurso é *converso* a isso: sendo evocado o conteúdo argumentativo [*saber da traição PT não se vingar*] e o aspecto expresso: *SABER PT CALAR*.

Os sentidos apresentados no bloco são estabelecidos a partir da leitura da passagem narrada *dona Rosa sabia do amor do marido pela enfermeira, PT comportou-se resignadamente e jamais deu um pio*, em que se pode concluir o interesse em continuar junto ao marido, mesmo sabendo da traição; trata-se de um sentido de *saber da traição que leva à resignação* para que possa continuar com seu amor, manter-se ao lado do marido.

Em *mas comportou-se resignadamente e jamais deu um pio*, o advérbio destacado conduz a uma observação acerca da argumentação interna (AI) do verbo *resignar-se*, proposto por Carel e Ducrot (2005, p.68). Ao estabelecer em um enunciado da forma *X se resigna a Y*, não se concebe algo agradável, porém o uso da palavra *resignar-se* não significa queixar-se de *Y*, pelo contrário, significa aceitar, não fazer nada contra *Y*.

X se resigna a Y significa, por um lado *tem razões para fazer algo contra Y* e por outro *não faz nada para impedir Y*. Chamaremos a primeira oração *U* e a segunda, *V*. Para encontrar o aspecto que constitui a AI de *X se resigna a Y* é necessário construir um encadeamento em que o primeiro termo seja *U* e o segundo *V* (CAREL; DUCROT, 2005, p.68)¹⁵.

¹⁵*X se resigna a Y* significa, por un lado *tiene razones para hacer algo contra Y* y por otro *no hace nada para impedir Y*. Llamaremos a la primera oración *U* y la segunda, *V*. Para encontrar el aspecto

Localizando o aspecto que constitui a AI de *X se resigna a Y*, em que X corresponde a *dona Rosa sabia do amor do marido pela enfermeira*, e Y, *mas comportou-se resignadamente e jamais deu um pio*, tem-se um MAS que conduz a um encadeamento no qual o conector deve ser do tipo transgressivo¹⁶, para, assim, ratificar a evocação do encadeamento *Saber da traição PT não se vingar*.

A argumentação interna de *resignar-se* apresentada pelos autores, *ter razões para fazer algo contra Y, PT não fazer nada contra Y* equivale ao trecho analisado em que a personagem dona Rosa sabe que é traída e poderia manifestar-se contra o marido, no entanto, resigna-se à traição e, portanto a AI do trecho pode ser: *SABER PT CALAR*.

Construindo o tripé de significação, ou seja, a atitude do locutor diante dos conteúdos, a Pessoa e o conteúdo argumentativo, conforme apresentado na Teoria da Argumentação Polifônica (TAP), pode-se dizer que:

a) o conteúdo argumentativo [*saber da traição portanto vingar-se*] é excluído pelo locutor, mas garantido pela Pessoa MUNDO;

b) o conteúdo argumentativo [*saber da traição mesmo assim não se vingar*] é posto pelo locutor e garantido pela Pessoa do Ausente, que é IL, como se verifica: *Dr. Augusto traía dona Rosa com uma de suas enfermeiras, Berenice. Ao que parece, dona Rosa sabia do amor do marido pela enfermeira, mas comportou-se resignadamente e jamais deu um pio*. A Pessoa IL introduz a unidade (posto, (IL), [*ao que parece, saber da traição mesmo assim não se vingar*]).

Observa-se que o locutor do trecho 1 *põe* o conteúdo [*ao que parece, saber da traição mesmo assim não se vingar*] ainda que não aceite a responsabilidade do discurso e não assuma uma representação da qual não se constitui como origem como o que concebe; o locutor assume um conteúdo argumentativo transgressivo, mas desengaja-se do dito em prol de uma subjetividade que não é a sua, “fazendo ouvir” a voz daquele que não se constitui nem como locutor, nem interlocutor, mas de outra instância, uma voz que se localiza ausente da discussão.

A apresentação do conteúdo aparece no modo enunciativo do *encontrado*, o locutor está presente, mesmo que seu apagamento seja suposto pela falta de

que constituye la AI de *X se resigna a Y* es necesario construir un encadenamiento en el que el primer término sea *U* y el segundo *V* (CAREL; DUCROT, 2005, p. 68).

¹⁶ Optou-se por *pourtant* do francês abreviando-se (PT) e traduzindo-se (mesmo assim).

comprometimento no interior do discurso, pela ausência de uma expressão que o identifique; ele aceita o conteúdo, não o concebe. Pela utilização de *ao que parece*, verifica-se a garantia da voz do Ausente, permitindo ao locutor descomprometer-se da enunciação, mas não do conteúdo.

A discussão do trecho 2, que segue, dar-se-á a partir do que foi explicitado no trecho 1, o qual revela a personagem dona Rosa sabedora da situação de traição e mesmo assim, permanece junto ao marido sem se vingar, resigna-se à traição.

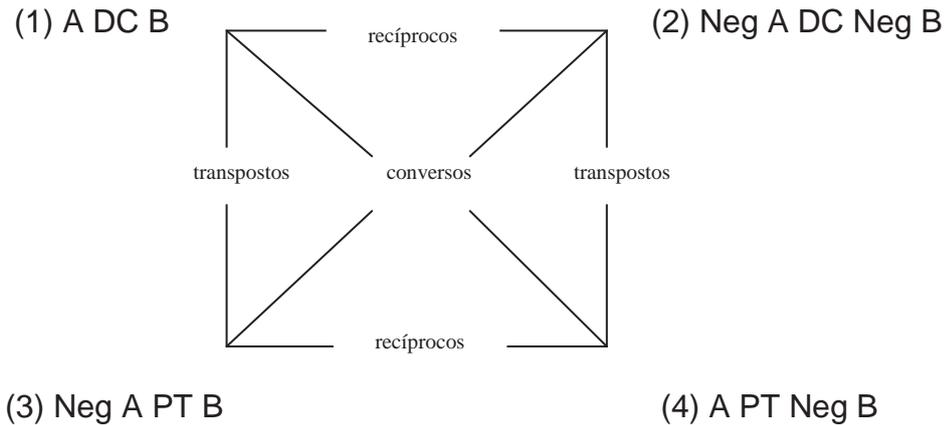
Trecho 2

Porém, por uma dessas ironias, o grande neurologista teve um derrame e perdeu todos os movimentos. Zelosa, dona Rosa contratou a própria Berenice como enfermeira. O resultado não foi dos melhores:

Dr. Augusto sofre profunda vergonha toda vez que sua amada Berenice dá banho no seu corpo mole e sem vontades.

Berenice chora um pouco toda manhã, pois dói-lhe muitíssimo ver seu ex-amante prostrado na cama.

Na sequência da narrativa, o trecho 2 permite que se evoque o encadeamento [*dona Rosa contratou a própria amante como enfermeira portanto deseja vingança*], extraindo o sentido de que quem sabe que é traída, resolve fazer algo para sentir-se vingada; nesse caso, verifica-se o mesmo bloco semântico do trecho 1, mas o aspecto extraído anteriormente *SABER PT CALAR* não é mantido, já que nesse trecho, encontram-se elementos que evidenciam o aspecto contrário ao expresso na análise do trecho anterior e, assim, evocando o aspecto: *SABER DC VINGAR-SE*. Observa-se:



- (1) A DC B: Saber da traição DC vingar-se.
 (2) Neg A DC Neg B: Neg saber da traição DC neg se vingar.
 (3) Neg A PT B: Neg saber da traição PT vingar-se.
 (4) A PT Neg B: Saber da traição PT neg se vingar.

Tem-se a instalação de um sentido argumentativo consecutivo na narrativa do trecho 2, em que o segundo segmento do aspecto argumentativo de (1), *vingar-se*, é consequência do primeiro *Saber da traição*; o encadeamento feito no aspecto (2) do bloco permite que se remeta a alguém que ignora ser traído e, portanto, não há motivos para reagir; em (3), tem-se um encadeamento que conduz a um tipo de desconfiança, de ciúme, que, mesmo sem saber se é traído, rebela-se, manifesta-se.

O encadeamento evocado do trecho analisado: *Saber da traição DC vingar-se*, é comum, esperado; contempla-se o argumento em favor de quem é traído, possibilitando-se um pensamento do senso comum e a identificação da argumentação interna (AI) de *Saber da traição DC vingar-se = SABER DC VINGAR-SE*, uma vez que o excerto indica o desfecho e as consequências que a ciência da traição acarreta, o que se pode perceber pelo grau de satisfação/insatisfação das personagens.

Trecho 3

Apenas dona Rosa não está infeliz, e vez ou outra pode-se vê-la assobiando um bolero.

Neste trecho, avalia-se a infelicidade/felicidade das personagens e seus destinos com a situação; dado o desfecho narrativo, estabelecidos pelos segmentos: *Dr. Augusto sofre profunda vergonha toda vez que sua amada Berenice dá banho no seu corpo mole e sem vontades / Berenice chora um pouco toda manhã, pois dói-lhe muitíssimo ver seu ex-amante prostrado na cama / Apenas dona Rosa não está infeliz, e vez ou outra pode-se vê-la assobiando um bolero*. Por esses segmentos, conclui-se:

(1) *Dr. Augusto sofre profunda vergonha DC está infeliz.*

(2) *Berenice chora um pouco DC está infeliz.*

(3) *Dona Rosa não está infeliz DC está feliz.*

O fato de (1) e (2) apresentarem-se infelizes, demonstra a efetivação de uma vingança de (3); o ponto de vista de (1) é conduzido pelo encadeamento evocado [*sentir vergonha, portanto sofrer*]; o ponto de vista de (2) é conduzido por [*chorar um pouco toda manhã, portanto sofrer*], já o ponto de vista de (3), extrai-se da negação que o enunciado refere: *não está infeliz*, e, portanto, *está feliz*. Dessa forma, o aspecto expresso *SABER DC VINGAR-SE* confirma-se, dada a felicidade de dona Rosa com a situação.

Recorde-se a utilização de *pouco* e *um pouco* focalizados por Ducrot (1988), ao tratar da significação e da concepção de argumentação; sem o aspecto linguístico não será possível caracterizar a enunciação e o contexto em que se insere o discurso; para a ADL é impossível separar a pragmática da lingüística, ou seja, o enunciado da frase. Assim, a visão tradicional de argumentação é vista no interior da língua, não ficando atrelada a conhecimentos externos relativos a outras ciências. Nessa direção, o comentário que segue é esclarecedor:

A razão principal que Ducrot (1988, p. 76) apresenta contra essa concepção tradicional de argumentação é a crença de que há, em todas as línguas, pares de frases cujos enunciados designam o mesmo fato, quando o contexto é o mesmo, e, sem dúvida, as argumentações possíveis, a partir dessas frases, são completamente diferentes. É o que se pode verificar com o par de frases:

(1) Pedro trabalhou pouco.

(2) Pedro trabalhou um pouco.

que designam o mesmo fato, de modo que, se (1) é verdadeiro, (2) também é, mas que conduzem a conclusões radicalmente opostas. No contexto de o trabalho conduzir ao êxito, a conclusão de (1) é o fracasso de Pedro e de (2) é o êxito de Pedro (GRAEFF, 2011, p. 214-215).

Da mesma forma, o encadeamento evocado a partir do ponto de vista de (2) [*chora um pouco toda manhã portanto sofrer*], refere-se a chorar em pequena quantidade, porém, considerando um par de frases: (1) chorar pouco e (2) chorar um pouco, há a condução a conclusões diferentes. Em (1) este choro é aquele que leva a pensar que não está sofrendo tanto assim (é algo passageiro); já em (2), o choro conduz ao sofrimento mais prolongado, um choro que se repete (contínuo), inclusive pela expressão *toda manhã* se confirma.

Cumpra dizer ainda, que a AI de amante, no caso de (2), colabora para que se conclua o estado de sofrimento de (1) e de (2), uma vez que *amante* constitui-se da argumentação interna *AMOR DC PRAZER*, e o trecho 2 apresenta o desprazer dos dois, contemplando a felicidade de (3), ou seja, o aspecto *SABER DC VINGAR-SE*.

Ao analisar o humor na narrativa, observa-se a remissão ao aspecto expresso, porquanto o valor dos discursos transcende a função referencial das estruturas linguísticas na constituição da significação, e, com isso, a posição das personagens em relação aos fatos se perfaz pelo caráter linguístico-argumentativo; a produção do humor se dá porque a leitura articula o objeto de comunicação a outro discurso, a um discurso argumentativo e, também, pode-se afirmar, pela negação ao segmento polifônico: *O resultado não foi dos melhores*, visto como:

Neg-*O resultado não foi dos melhores*= *O resultado foi dos melhores*.

Considerando o resultado esperado pelo interlocutor de *O resultado não foi dos melhores*, seria possível dar as continuações: *DC Dr. Augusto ficou bom e continuou traindo*, ou ainda *O resultado não foi dos melhores DC os amantes continuam juntos; DC Dona Rosa continua resignando-se; DC seu plano para que ele melhorasse não deu certo, etc.* São hipóteses de argumentações que conduzem ao sentido do enunciado descrito, o que acarreta dizer um sentido normativo anunciado, no entanto, por se tratar de uma narrativa de humor, a produção do hilário se sustenta pela revelação estranha dada na sequência narrada.

Se analisada a sua negação, *O resultado foi dos melhores*, pode-se continuar em *DC Dr. Augusto está motivado a curar-se* ou ainda *DC dona Rosa teve a chance de vingar-se*. Dessa forma, quando dito o contrário no trecho: *O resultado*

não foi dos melhores, verifica-se a situação irônica pelo descompasso de sentido causado a partir da leitura.

Numa análise proposta pela Teoria Argumentativa Polifônica, o que se firma na constituição da significação dos discursos são as atitudes do locutor e as instâncias enunciativas que garantem o conteúdo, decompostas da seguinte forma no trecho 2:

a) o conteúdo é posto pelo locutor [*Saber da traição DC vingar-se*], já que ele indiretamente assume a voz relativa a esse conteúdo, defendendo algo em que ele mesmo crê;

b) o conteúdo assumido pelo locutor é garantido pela Pessoa do Mundo, que carrega o conteúdo [*traição causa revolta*] ao apoiar-se sobre os fatos narrados: *dona Rosa contratou a própria Berenice como enfermeira. Dr. Augusto sofre profunda vergonha toda vez que sua amada Berenice dá banho no seu corpo mole e sem vontades. Berenice chora um pouco toda manhã, pois dói-lhe muitíssimo ver seu ex-amante prostrado na cama.*

c) o modo de aparição é caracterizado no modo do *encontrado*, pois o conteúdo aparece sem que nenhuma subjetividade tenha algum papel enunciativo.

d) o humor se constitui dada a leitura de enunciados polifônicos, assumidos pelo locutor e garantidos pela Pessoa Mundo nesse trecho.

Apresentando o esquema argumentativo do texto, tem-se:

O humor surge das relações discursivas, que revelam, por meio das atitudes do locutor, um sentido linguístico-argumentativo indicador pressuposto de uma vingança do ponto de vista da personagem de dona Rosa, que sabendo da traição do marido, num primeiro momento, resigna-se, e, por motivo de doença dele, tem a chance de vingar-se. Dona Rosa, sabendo da traição, contrata a própria amante como enfermeira. O resultado da contratação é anunciado no texto como não sendo positivo para Dr. Augusto e Berenice, porém, do ponto de vista da personagem dona Rosa, o resultado é *dos melhores*, pois tem a chance de proporcionar a infelicidade a ambos.

O resultado negativo é percebido do ponto de vista dos amantes, Dr. Augusto e Berenice, provocando um sentido cômico; o sofrimento é causado pela situação apresentada, dada a relação dos dois não se caracterizar por uma relação entre enfermeira e paciente, mas entre enfermeira amante e paciente amante. O termo *traição*, no contexto linguístico determina todos os sentidos analisados nos

trechos e a partir disso apresentado, são reveladas as características das personagens.

A seguir, apresenta-se outra narrativa, semelhante a essa, em que se avaliam polifonia e argumentação dos discursos encadeados pelo discurso, explicitando os mecanismos usados no processo de constituição linguística do humor.

3.2 Análise da narrativa 2

Clodoaldo ama Clodomiro. Os dois se conheceram na penitenciária há três anos e foi amor à primeira vista. Clodomiro está cumprindo 99 anos de cadeia por sete assassinatos. Clodoaldo foi condenado por furto e sairia em três dias. Mas Clodoaldo não quer esperar Clodomiro por tanto tempo. Foi por isso que matou Jeremias, que dividia a cela com eles.

Os próximos 10 anos, pelo menos, Clodoaldo vai passar junto de seu amado Clodomiro.

Trecho 1

Clodoaldo ama Clodomiro. Os dois se conheceram na penitenciária há três anos e foi amor à primeira vista. Clodomiro está cumprindo 99 anos de cadeia por sete assassinatos. Clodoaldo foi condenado por furto e sairia em três dias.

O trecho destacado da narrativa aborda a seguinte descrição semântica: as personagens Clodoaldo (1) e Clodomiro (2) conhecem-se na penitenciária, apaixonam-se; cumprem pena por motivos distintos: o primeiro por furto e o segundo por assassinatos. O delito praticado por Clodoaldo (1), por ser menor, possibilita-o a libertar-se muito antes.

A partir do trecho 1, pode-se evocar o seguinte encadeamento argumentativo: [*amar mesmo assim ter de sair da prisão*]. O aspecto expresso nesse encadeamento, sua argumentação interna, seria AMAR PT SEPARAR-SE. Considerando os sentidos absorvidos no trecho analisado, não há alternativa apresentada para que a separação não se efetue, [cumprir pena DC estar livre] ainda que o verbo *sairia*, sugira uma sequência diferente, uma vez que o tempo

verbal referido, futuro de pretérito, pressupõe uma ação dependente de outra, sairia, portanto, já sugere que não saiu.

O locutor põe esse conteúdo argumentativo, com o modo de aparição encontrado, isto é, a Pessoa quem garante o conteúdo é o Mundo. Destaca-se, ainda, a argumentação externa à direita (AE) nesse trecho, que é também verificada pelo aspecto expresso AMAR PT SEPARAR-SE.

Trecho 2:

Foi por isso que matou Jeremias, que dividia a cela com eles. Os próximos 10 anos, pelo menos, Clodoaldo vai passar junto de seu amado Clodomiro.

Neste trecho, sendo a sequência do trecho anterior, verifica-se a descrição: por amar, não quer esperar tanto tempo para estarem juntos novamente e por esse motivo, mata para ser punido e continuar na prisão. Nesse sentido, pode-se evocar o seguinte encadeamento: *[não esperar por tanto tempo DC agir para ficar junto]* e o aspecto expresso está na relação entre Amor e Separação: MATAR DC Neg-SEPARAR-SE.

Os dois segmentos argumentativos que formam o encadeamento referido: (S1) *não quer esperar tanto tempo* e (S2) *matar para ficar junto*, constroem o bloco semântico que relaciona a interdependência entre matar/separar. Comumente, sabe-se de pessoas que matam por amor, o que chamam de crimes passionais, mas isso ocorre quando uma das partes está descontente com a outra por algum motivo: traição, ciúme doentio, etc, porém, a narrativa traz um novo sentido, argumentação interna contextual para matar por amor, ou seja, matar DC não se separar.

Nesse caso, praticar um crime significa permanecer junto ao amor, ficando preso ao lado de quem ama, quando o natural seria que saísse da prisão e, depois de liberto, pensasse em uma solução para seu problema amoroso. O sentido de “prisão” nesse texto não é comum, já que esta palavra quando posta em seu significado literal possui uma semântica negativa, no entanto, posta nesse discurso, ganha uma argumentação positiva; de modo comum, prisão é lugar ruim, mas aqui, prisão é lugar do bem, lugar do amor. Dessa forma, pode-se dizer que o sentido é argumentativo e se evidencia pelas relações discursivas.

Confira-se abaixo, no quadrado argumentativo, o bloco semântico que se evoca: o positivo normativo (1) *A DC B*, mata *PORTANTO neg-separa*, e o positivo transgressivo (4) *A PT B*, mata *MESMO ASSIM separa*; e o negativo normativo (2) *Neg A DC Neg B*, *não mata PORTANTO não separa* e o negativo transgressivo (3) *Neg A PT B*, *não mata MESMO ASSIM separa*.

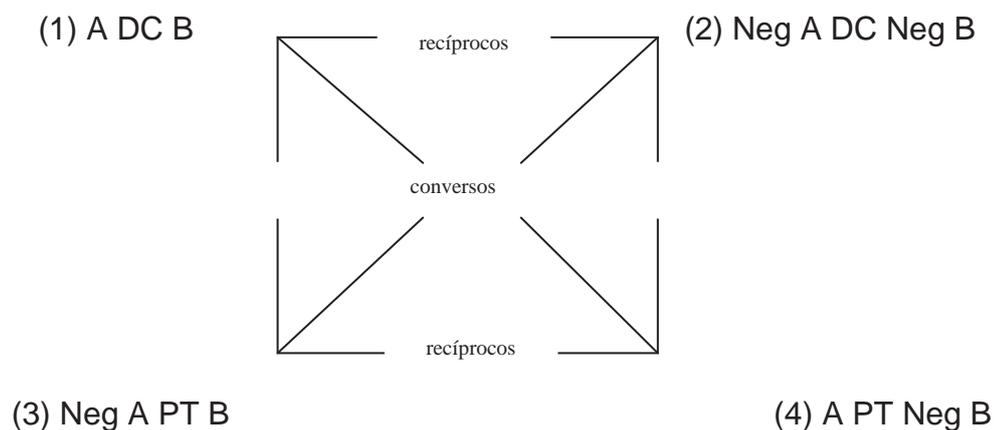
A relação semântico-argumentativa construída por matar e separar, ilustrada no bloco semântico abaixo, permite que se estabeleçam as relações de reciprocidade, as quais se apresentam por meio de encadeamentos formados positiva e negativamente; e conversão, aqueles em que apresentam aspectos normativos e transgressivos.

São recíprocos:

- (1) mata *DC separa*
- (2) *Neg* mata *DC Neg separa*

São conversos:

- (1) mata *DC separa*
- (4) mata *PT Neg separa*



O encadeamento evocado, segundo o trecho analisado, é identificado por (4) *A PT Neg B*, mata *PT Neg-separa*, significando *não desfaz o par, continua junto, permanece feliz*, isso só pode ser compreendido linguisticamente, ou seja, no interior mesmo do discurso; é o contexto linguístico o doador de sentido aos enunciados que compõem o trecho. Essa constatação é confirmada pela seguinte citação:

(...) o sentido de uma entidade linguística não está constituído por coisas, fatos, propriedades, crenças psicológicas, nem ideias. Está constituído por certos discursos que essa entidade linguística evoca. Esses discursos serão caracterizados com o nome de encadeamentos argumentativos. (CAREL; DUCROT, 2005, p.13-14).

Cada aspecto do bloco confere uma significação distinta, mas o sentido extraído do discurso é único, dada a compreensão da interdependência entre seus enunciados; para se chegar ao encadeamento evocado que forma o bloco acima *MATA PT Neg-SEPARA*, consideram-se os segmentos: *Clodoaldo ama Clodomiro/ Clodomiro está cumprindo 99 anos de cadeia por sete assassinatos/ Mas Clodoaldo não quer esperar Clodomiro por tanto tempo/ Foi por isso que matou Geremias, que dividia a cela com eles. Ao enunciado Mas Clodoaldo não quer esperar Clodomiro por tanto tempo*, poderiam ser dadas as continuações possíveis abaixo, constituindo-se a argumentação externa de *Neg-esperar*, lembrando que Ducrot chama “argumentação externa” (AE) de uma entidade “a pluralidade dos aspectos constitutivos de seu sentido na língua e que estão ligados a ela de modo externo” (2002, p. 9). Observe-se:

(A) *não esperar DC ir embora e tentar esquecê-lo; (SAIR DA PRISÃO)*

(B) *não esperar DC cometer suicídio por não encontrar uma solução viável; (MATAR-SE)*

(C) *não esperar DC mentir que esperará para confortar seu amado, mesmo sabendo ser impossível a espera, etc.(MENTIR)*

(D) *não esperar DC matar alguém e ser condenado novamente à prisão. (AMAR).*

Note-se que a negação é inserida no discurso dada a utilização de um *mas* que encadeia os enunciados e que constitui o sentido negativo, oposto. Nesse caso, é possível afirmar que não se trata de uma negação que evidencie a existência polifônica de enunciadores que aceitem/refutem o discurso, mas sim de um locutor que põe o conteúdo argumentativo negativo conforme o seu modo de aparição, uma vez que esse *mas* não representa mais de uma visão acerca do discurso, nem outras posições sobre o dito; o que se destaca é o caráter argumentativo que esse articulador possui, dada a sua relação de interdependência semântica com a sequência que o perfaz.

De maneira normativa, é possível pensar, ainda, por exemplo, que aquele que ama, espera, seja o tempo que for: quem ama, espera o momento certo para dar uma notícia desagradável, quem ama, espera o outro terminar os estudos para se casar, quem ama espera o (a) companheiro (a) sentir-se pronto(a) para ter a primeira relação sexual, quem ama espera o outro cumprir pena, em uma penitenciária, por um erro cometido e só depois ficar junto, o que faz referir um sentido novo contextual da análise do texto, ao pensar em noventa e nove anos.

Nesta análise, constata-se que o discurso constrói o sentido e este é compreendido pelo modo de aparição que o locutor põe. O locutor do texto põe o conteúdo argumentativo [matar DC permanecer junto] com o modo de aparição encontrado; a Pessoa que o garante é o Mundo, visto que se trata de um amor que se sacrifica pelo outro. Dessa forma, o sentido de matar no texto analisado, ganha novos sentidos, representa a força do amor, a união; e, no conteúdo argumentativo [*não esperar portanto matar*], estão incluídos os conteúdos argumentativos relativos aos pontos de vista apresentados:

Clodoaldo: [*ser condenado por furto DC não matar*]

Clodomiro: [*ser condenado por assassinatos DC matar*]

Observe-se que, para Clodoaldo, não matar significa separar-se, abrindo mão de seu amor; já para Clodomiro, matar significa separar-se de seu amor, uma vez que apenas aumentariam seus anos de condenação, o que não faria muita diferença, pois o casal iria se desfazer mesmo assim. Para Clodomiro, portanto, matar resultaria em não amar, querer que Clodoaldo se fosse, e, para Clodoaldo, matar significa resolver o problema amoroso dos dois, pois iriam continuar juntos. Os conteúdos argumentativos colaboram para que se constitua o humor no texto. O humor brota dos sentidos que o discurso constrói.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou um estudo sobre o humor em textos escritos. Teve como objeto de análise dois textos narrativos do autor José Roberto Torero. O objetivo principal foi analisar o humor sob a hipótese de que esse elemento pode ser compreendido no interior dos discursos, sem a necessidade de se buscar fora do contexto linguístico seu sentido. Acredita-se que, orientado argumentativamente, pela utilização dos conectores que movimentam os enunciados e pelos demais elementos que estudados na Teoria da Argumentação na Língua, conseguiu-se chegar a uma descrição semântico-argumentativa do humor.

O estudo pautou-se por encontrar em teorias do humor análises que se direcionavam a questões distantes da linguística propriamente. Como, por exemplo, o estudo da comicidade de Bergson, dos chistes de Freud, dos *scripts* e piadas de Raskin; motivou-se o estudo para compreender além de questões humanas, histórico-culturais, psicossociais a que se condicionava o estudo do humor; pensou-se no humor de Ducrot (1988), quando ele referiu a palavra humor, em sua teoria da polifonia, no seu sentido essencialmente linguístico e propôs condições para que o texto fosse caracterizado como humorístico. Essas condições dadas por Ducrot (1990) devem ser atualmente repensadas, com a atualização da polifonia.

Por acreditar nos conceitos que a Teoria da Argumentação na Língua postula, no modelo teórico dos Blocos Semânticos de Marion Carel (1992) e na atualização que a Teoria da Polifonia sofreu, buscou-se trazer o que Ducrot (1984) sugeriu, conduzido por um novo pensamento elaborado por Carel e Ducrot (2006), com a proposta de descrever, a partir de análises de narrativas, o humor nos textos, com base nos conceitos e princípios teóricos mais recentes.

Com a reformulação da Teoria da Polifonia (1984), Marion Carel e Oswald Ducrot criaram a Teoria Argumentativa da Polifonia (2008), propuseram uma releitura do modelo teórico de Ducrot; trata-se, em primeiro lugar, da articulação entre esta teoria e a TBS; em segundo, a busca por um único responsável pelo conteúdo argumentativo que, segundo Carel (2010), evita o esfacelamento deste, como ocorria anteriormente, considerando os enunciadores, ou seja, aquilo que Ducrot (1990) nomeara origem dos pontos de vista dos enunciados, mas que, atualmente, são os modos de aparição dos conteúdos argumentativos.

Na perspectiva da ADL, a argumentação está na língua, e isso implica pensar que a argumentação constitui intrinsecamente a significação. Consta-se essa afirmação à medida que se identificam no interior dos discursos analisados, as origens dos sentidos; verificou-se que as próprias palavras, veiculadas nos encadeamentos argumentativos, revelam-se interdependentes semanticamente.

Na análise da narrativa 1, por exemplo, *ser traída*, no primeiro momento, não é algo grave, difícil de suportar, já que a sequência mostra uma personagem calada, resignada; mas considerar a palavra *traída*, isoladamente, pode-se dar a ela continuações possíveis como: traída DC pedirá a separação; DC cometerá um crime; DC trairá também, etc. Trata-se de sentidos admissíveis, dada a falta de encadeamentos propostos no discurso, porém, o sentido se constrói pelas relações entre os enunciados e, a partir desses, identificam-se os aspectos expressos que emergem.

Verificou-se, na análise da narrativa 2, a tomada de posição do locutor frente ao conteúdo argumentativo [*matar PT neg-separar*] que, posto desta forma, desfaz o caráter informativo da linguagem, já que o sentido de *amar* liga-se à ação de *matar* no discurso analisado. Para permanecer junto, faz-se necessário, cometer um crime. Da mesma forma, destaca-se a argumentação interna de *prisão*, colocada na situação enunciativa, como lugar do amor, contrariamente aos sentidos comuns e de *matar*, entendida como solução para não se separar.

Conclui-se, a partir deste trabalho, que é possível investigar o humor do ponto de vista da matéria linguística, ancorado por poderosa teoria, a Teoria da Argumentação na Língua, devendo-se observar os seguintes pontos fundamentais: existe um locutor responsável pelo conteúdo; este conteúdo, quando posto pelo locutor, sofre uma espécie de *descompasso*, conforme palavras de Graff (2007, p.193 [grifo nosso]); esse descompasso é resultado de um rompimento de uma das vias que apregoam o sentido. Essa via é a do interlocutor, que faz o percurso discursivo e se depara com o inusitado. Desse desconcerto brota o riso.

Apresenta-se, então, de forma sintética, uma possível proposta de descrição dos elementos caracterizadores de textos humorísticos escritos, referindo-se, em primeiro plano, à constituição linguística do humor. A partir dos textos analisados, pôde-se perceber que a significação não é extraída do mundo exterior, dos aspectos psicológicos ou socioculturais, mas é do interior mesmo dos discursos que se evocam os provocadores do riso.

Considera-se que o texto humorístico pode ser compreendido por leitores, mesmo não havendo conhecimento da situação sócio-histórico-cultural na qual está inserido o discurso cômico. Para que haja compreensão e efeito risível, extrai-se da superfície textual os elementos necessários e se constroem sentidos a partir deles. Os enunciados combinados nos trechos vão formando uma espécie de teia, onde se assenta o sentido e, para chegar até ela, é necessário que se faça um percurso consciente, no sentido de seguir o que o contexto linguístico oferta.

Buscar a informatividade do texto não é suficiente para se obter a essência do discurso. É preciso que se pense o valor argumentativo das palavras em determinadas construções. Não se pode atribuir sentido à palavra se não está relacionada a outras por meio de encadeamentos. Ao sentido que resulta dessa relação dá-se o nome de bloco semântico.

A Teoria dos Blocos Semânticos, tal como concebe Carel (1992), focaliza a noção de encadeamento argumentativo que acompanha a Teoria da Argumentação na Língua desde o princípio; nela se configuram noções fundamentais na elaboração de um posicionamento relativo à constituição do significado dos discursos. Dentre essas noções, pode-se afirmar que a argumentação interna, (AI), por exemplo, constrói a base significativa do discurso e a argumentação externa (AE) possibilita comprovar a extração da significação nos elementos constituintes dos enunciados, ou seja, pela AE dos enunciados é que se veicula a orientação discursiva e a busca dos sentidos no contexto linguístico. Pela AI, constata-se o que foi posto pelo locutor e, por conseguinte, o seu modo de aparição.

Ao se dizer, por exemplo: matar *PT neg-separar*, referido em análise, não se tem um sentido comum, mas uma nova acepção semântico-argumentativa evocada de um contexto discursivo específico; nesse discurso, encontra-se a constituição do humor; no descompasso, no inesperado, no não-comum. Frente aos verbos *matar* e *separar-se*, considera-se a argumentatividade de *matar* como sendo algo negativo, acarretando a prática de ação com sentido ruim, uma vez que matar leva a pensar na não-relação com o amor; tal sentido é mostrado de maneira transgredida no texto.

O que garante essa afirmação é a Pessoa do Mundo, citada por Carel (2011), uma vez que aos olhos do leitor, o amor e a ação de matar não são compatíveis. Colocado em sentido diferente disso, a relação entre os termos é reavaliada e sua semântica reconfigurada. Essa reconfiguração só é possível pela

tomada de posição do locutor frente ao conteúdo argumentativo e pelos sentidos adquiridos no texto.

Para entender o processo de constituição do humor no texto, verifica-se que:

a) o locutor põe o conteúdo, formando, através dos encadeamentos que se extraem do discurso, um bloco semântico;

b) o bloco é formado a partir do encadeamento evocado mais o aspecto expresso identificado e posto pelo locutor;

c) ao revelar o modo de aparição do conteúdo, o locutor apresenta a Pessoa que garante o conteúdo argumentativo;

d) os sentidos encontrados no discurso remetem à tomada de posição do locutor;

e) o bloco semântico constituído, posto pelo locutor, deve apresentar o mesmo aspecto expresso do ponto de vista do locutor e do interlocutor. Quando isso não ocorre, surge o humor.

Os amores possíveis de José Roberto Torero são mais do que ilustrativos na investigação do humor linguístico; são homens e mulheres que lutam e sofrem por amor, que sufocam os sentimentos mais feios do ser humano, que vivem em função do outro, que abrem mão dos próprios princípios e da liberdade para permanecerem juntos, como o amor e a loucura, dentro da falta de limites, todos são amores possíveis.

Esse estudo merece muita atenção ainda, pois são inúmeras as dificuldades nas quais se deparam a pesquisa de um processo que é visto por grande parte dos estudiosos como fator relacionado a aspectos exteriores. Acredita-se sim que o humor origina-se no homem, como Bergson afirma, assim como o cérebro humano age na compreensão de chistes e que para compreender as mensagens devem conter o mínimo de sentido; mas acredita-se também que, linguisticamente, o humor revela-se uma técnica ou processo, sobretudo, de leitura, escrita e argumentação.

REFERÊNCIAS

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles: Mardaga, 1993.

_____. *Théorie des Topoi*. Paris: Editions Kimé, 1995.

ARISTÓTELES. *Poétique*. Les Belles-Letres, 1965.

BARBISAN, Leci Borges. Por uma abordagem argumentativa da linguagem. *Investigando a linguagem em uso: estudos de Linguística Aplicada*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Ed. UNISINOS, 2004, p. 57 – 77.

_____. Um sentido do adjetivo no discurso. *Cadernos de Pesquisas em Linguística*, Centro de Estudos do Discurso Programa de Pós- Graduação em Letras da PUCRS, 2006, p. 24 -30.

_____. Uma proposta para o ensino da argumentação. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 111-138, junho 2007.

_____. O conceito de enunciação em Benveniste e em Ducrot. *Letras* nº33, Émile Benveniste: Interfaces Enunciação & Discursos. Programa de Pós Graduação em Letras - PPGL/UFSM – maio 2007.

BENVENISTE, Émile. *O aparelho formal da enunciação*. Problemas de Linguística Geral II. 2. ed. Campinas: Pontes, 1970.

BERGSON, Henri. *O Riso*. Ensaio sobre a significação do cômico. 2º Ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

BERGSON, H. *O riso*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La semántica argumentativa : una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos*. Buenos Aires : Colihue, 2005.

_____. Atualização da polifonia. *Desenredo: Rev. do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v.6, n.1, p.9-21, jan./jun.2010.

CAREL, Marion. Polifonia e argumentação. *Desenredo: Rev. do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v.6, n.1, p.22-36, jan./jun.2010.

_____. A polifonia linguística. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.46, n.1, p.27-36, jan./ mar.2011.

COMTE-SPONVILLE, André. *Pequeno tratado das grandes virtudes*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DELANOY, Cláudio Primo. O papel do leitor pela Teoria da Argumentação na Língua. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 27-32, jan./mar. 2008.

DUCROT, Oswald; CAREL, Marion. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. *Letras de Hoje*, v.43, n.1, p.7-18, jan./mar. 2008.

DUCROT, Oswald. *Polifonía y argumentación*. Cali: Universidad del Valle, 1990.

_____. Os Internalizadores. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v.37, n.3, p.7-26, set. 2002.

FÁVERO, Altair Alberto; GABOARDI, Ediovani Antônio; RAUBER, Jaime José. *Apresentação de trabalhos científicos: normas e orientações práticas*. 4.ed. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2008.

FIORIN, José L. (org.) *Introdução à Linguística. I Objetos Teóricos*. São Paulo: Contexto, 2003.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

FREITAS, Ernani Cesar. *Semântica argumentativa: a construção do sentido no discurso*. Novo Hamburgo: Feevale, 2007.

FREIRE, Augusto César. Cem anos de inconsciente. *Com Ciência; Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. vol.1, nº 12, p.43-48, (2000). Disponível em: [HTTP:<www.comciencia.br>](http://www.comciencia.br) Acesso em: 20 de dez. 2011.

FREUD, Sigmund. *Os Chistes e sua Relação com o Inconsciente*. Obras completas. V. 8. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GRAEFF, Telisa Furlanetto. Produção do humor: um descompasso na constituição do bloco semântico. *Desenredo*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, v. 3, n. 2, p. 193-201, jul./dez. 2007.

_____. Tradição semântica e semântica argumentativa: o sentido de demais/ a mais. In: SCHONS, C. R.; CAZARIN, E. A. (Orgs.); *Língua, escola e mídia: entrelaçando teorias, conceitos e metodologias*. Passo Fundo: UPF Editora, 2011.

GUIMARÃES, Sílvia Bragatto. Estratégias persuasivas da linguagem Humorística: análise de cartuns educativos. *Cadernos do CNLF*, v.12,n.6, p.82-93, 2008.

LORENZ, Roseméri. *Pluriisotopia*. UPF: Passo Fundo, 2006.

MAGALHÃES, Helena Maria Gramiscelli. *Aprendendo com humor: o gênero humor e o subgênero humor negro*. In: Anais Celsul. GT - Gêneros do discurso, autoria e ensino. Universidade Federal de Minas Gerais, 2008, p. 1-23.

PLATÃO. *Gorgias*. Les Belles-Letres, 1960.

POSSENTI, S. *Os humores da língua: análises linguísticas de piadas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

RASKIN, V. *Semantic mechanisms of humor*. Holanda: D. Reidel Publishin Company, 1985.

_____. Linguistic Heuristics of Humor: A Script-Based Semantic Approach. *International Journal of the Sociology of Language*, 65: 11-25, 1987.

ROSAS, M. Por uma teoria da tradução do humor . *DELTA*, 19, número especial, p.133-161, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix : 2006.

TORERO, José Roberto. *Pequenos Amores*. São Paulo: Objetiva, 2003.